

**Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Articulação Institucional e  
Cidadania Ambiental  
Departamento de Educação Ambiental**

**DEA  
2009/2010**



**Balanco**

**AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO**

**Fevereiro, 2011**

# DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

## BALANÇO DE 2009/2010

### AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO

#### SUMÁRIO

I. RESUMO EXECUTIVO.....	4
II. INTRODUÇÃO .....	8
III. AÇÕES DO DEA EM 2009.....	12
1. Fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental .....	12
1.1. Órgão Gestor da PNEA e seu Comitê Assessor.....	12
1.2. CISEA - Comissão Intersectorial de Educação Ambiental.....	14
1.3. CIEAs – Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental.....	15
1.4. Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.....	17
1.5. Educação Ambiental e Licenciamento .....	18
1.6. Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento –PEAMSS.....	19
2. Produção de Metodologias e Conteúdos.....	20
2.1. Educação Ambiental e Agricultura Familiar .....	20
2.2. Educação Ambiental no Cenário de Mudanças Climáticas.....	23
2.3. UNESCO / Metodologia de Monitoramento e Avaliação.....	25
2.4. PROFEA – Programa de Formação de Educadores Ambientais .....	25
3. Desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental .....	26
3.1. Telecentros - Programa Nacional de Apoio a Inclusão Digital nas Comunidades .....	26
3.2. Salas Verdes .....	28
3.3. Coletivos Educadores .....	30
3.4. Educomunicação.....	32
3.4.1. Nas Ondas do São Francisco.....	32
3.4.2. Estratégia Nacional de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (e seus entornos) – ENCEA.....	36
3.4.3. Circuito Tela Verde.....	37
3.4.4. Edital de Curtas de Animação.....	38
3.4.5. “Cerrado em Pauta”.....	39
3.4.6. Publicações.....	40
3.4.7. Site DEA e Blogs.....	40
4. Participação em Grupos de Trabalho e Eventos (sob a coordenação do DEA e de terceiros).....	41
4.1. Participação em Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.....	41
4.1.1. CTEM – Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos.....	41
4.1.2. CETEA, CTAJ/CONAMA.....	41
4.1.3. GT de Agroecologia .....	42
4.1.4. GT de Educação Ambiental e Licenciamento.....	42
4.1.5. GT de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.....	43

<b>5. Fortalecimento da Educação Ambiental nas Relações Internacionais.....</b>	<b>44</b>
<b>5.1. EA na Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>44</b>
<b>5.2. PLACEA – Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental.....</b>	<b>47</b>
<b>5.3. Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata .....</b>	<b>48</b>
<b>6. Informação e documentação.....</b>	<b>49</b>
<b>6.1. Centro de Informações e Documentação – CID Ambiental .....</b>	<b>49</b>
<b>6.2. SIBEA – Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental.....</b>	<b>51</b>
<b>7. Outras ações.....</b>	<b>53</b>
<b>7.1. Conferências Nacional e Internacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente.....</b>	<b>53</b>
<b>7.2. Projetos de Cooperação Técnica (agências internacionais).....</b>	<b>54</b>
<b>7.2.1. UNESCO – 10 anos do Projeto de Cooperação Técnica na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental .....</b>	<b>54</b>
<b>7.2.2. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.....</b>	<b>55</b>
<b>7.3. Emendas Parlamentares.....</b>	<b>55</b>
<b>7.4. Atendimento a demandas (por informações e materiais).....</b>	<b>56</b>
<b>7.5. Emissão de Pareceres e Notas Técnicas.....</b>	<b>56</b>
<b>8. Anexos .....</b>	<b>57</b>
<b>8.1. Instituições com as quais nos relacionamos em 2009.....</b>	<b>57</b>
<b>8.2. Participação em eventos .....</b>	<b>60</b>

## I. RESUMO EXECUTIVO

O DEA - Departamento de Educação Ambiental foi instituído no Ministério do Meio Ambiente - MMA em 1999 para desenvolver ações a partir das diretrizes definidas pela [Lei 9.795/99](#), que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e pelo decreto [4281/2002](#), que a regulamenta. De acordo com a Portaria 268 de 26/06/2003, o Departamento de Educação Ambiental do MMA é responsável pela formulação e elaboração de políticas públicas de educação ambiental não-formal e informal. Até 2007, o DEA esteve subordinado à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente.

A SAIC – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental foi criada em abril de 2007, como parte da reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, e é composta por dois departamentos: de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental (DCRS) e de Educação Ambiental (DEA).

O novo desenho institucional - sua implantação constituiu um desafio que vem sendo enfrentado nos dois últimos anos e que incluiu, não apenas modificações no organograma, mas, também, uma nova estratégia de atuação para o DEA, que buscou concentrar esforços em áreas priorizadas na gestão Carlos Minc / Izabela Teixeira e pela emergência de questões contemporâneas fundamentais, como as associadas às mudanças climáticas.

A estratégia do DEA - adotada em 2009/2010, consistiu em:

1. Fortalecimento da PNEA - o que implicou em:
  - a) Ação conjunta com a CGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental, do Ministério da Educação (que compõe, junto com o DEA, o Órgão Gestor da PNEA); com os entes do [SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente](#) e do [SISNEA – Sistema Nacional de Educação Ambiental](#) (ainda em construção);
  - b) Produção de resoluções, portarias e instruções normativas;
  - c) Assessoria a governos e organizações para seus programas de Educação Ambiental;
  - d) Articulação com as secretarias do MMA e suas vinculadas (IBAMA, ICMBio, ANA e Jardim Botânico.
2. Produção de metodologias e conteúdos.
3. Desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental próprios.

4. Participação em Grupos de Trabalho e Eventos (sob a coordenação do DEA e de terceiros).
5. Fortalecimento da EA nas relações internacionais.
6. Informação e documentação (produção, gestão e disseminação).
7. Participação (em conjunto com CGEA/MEC) no desenvolvimento das Conferências Nacional e Internacional Infante Juvenil de Meio Ambiente.

A integração das atividades de EA no MMA (item 1d, acima) é uma prioridade da gestão atual, assim como a construção de um novo patamar de intervenção, no qual a institucionalização e a mobilização devem evoluir para ações concretas no enfrentamento das mudanças climáticas em curso.

Outra mudança observada na atuação do DEA, decorrente da nova estratégia adotada (fortalecimento de SISNAMA, SINGREH e SNUC; integração das secretarias e vinculadas do MMA; foco no aquecimento global), foi a redução de consultores dedicados a alguns assuntos específicos e ao enraizamento da EA nos estados.

Uma importante condicionante para a atuação do DEA em 2009 foi o encerramento do período de vigência do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) com a UNESCO, que era facilitador na viabilização de iniciativas do DEA.

Em setembro de 2009 foram concluídas as negociações e assinado o Projeto de Cooperação Técnica com o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, que, à semelhança do PCT anterior, apoiou tecnicamente e facilitou a concretização das atividades planejadas pelo DEA em 2010 (e continuará dessa forma nos próximos anos).

Ações estruturantes do DEA, desenvolvidas com sucesso em 2009/2010:

- i) Fortalecimento da interlocução entre o DEA e a CGEA/MEC, constituintes do Órgão Gestor da PNEA, e a realização das reuniões previstas de seu Comitê Assessor, que produziu uma série de encaminhamentos importantes (como o fortalecimento das CIEAs, que são fundamentais para um sistema nacional de EA);
- ii) Produção de instruções normativas e portarias que assegurem a obrigatoriedade da EA em processos de licenciamento e de saneamento;
- iii) Construção participativa da Estratégia de Comunicação em EA para as Unidades de Conservação - ENCEA;
- iv) Publicação da portaria que coloca novamente a CISEA na pauta de todo o MMA;
- v) Finalização do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que continua na expectativa de ser encaminhado ao Congresso;
- vi) Reforma física do CID Ambiental e seu novo papel estratégico na guarda e tratamento de toda a documentação do MMA;

- vii) Avanços no PLACEA e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (somando quase 30 países e uma estratégia comum de EA em mudanças climáticas);
- viii) Elaboração de diretrizes e ações para o fortalecimento da educação ambiental em campos temáticos importantes, como Agricultura Familiar, Recursos Hídricos, Saneamento e Mudanças Climáticas;
- ix) Implantação de 454 Telecentros em 2010 e 2011, em áreas de vulnerabilidade e proteção socioambiental, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital de Comunidades.

Aquecimento global e as mudanças socioambientais associadas ao clima - temas muito relevantes para o planeta, que devem estar presentes em todas as agendas e que foram contemplados no [PNMC - Plano Nacional sobre Mudança do Clima](#), tornaram-se a principal referência no planejamento das ações do DEA e permearam todas as suas atividades. Isso se reflete nos focos, metodologias e conteúdos relativos a:

- Oficina de EA em Cenário de Mudanças Climáticas e seus desdobramentos: documento de referência para Educação Ambiental no contexto de Mudanças Climáticas e proposta de campanha para 2011;
- Nas Ondas do São Francisco (que contemplou a bacia hidrográfica em cinco estados e a região do semi-árido, que será duramente impactada pelo aquecimento) e
- Programa de EA e Agricultura Familiar (que trata de desenvolvimento rural sustentável, com boas práticas que contribuem diretamente para mitigação e adaptação), que se vincula diretamente ao Programa Federal de Regularização dos Imóveis Rurais (Programa Mais Ambiente).

Articulações - foram outro destaque no período 2009-2010, envolvendo de forma construtiva dezenas de instituições comprometidas com os temas abordados e criando parcerias que viabilizam nossas propostas e fornecem as condições favoráveis ao desenvolvimento de novas ações. Foram retomadas interlocuções importantes e iniciadas aproximações que trazem contribuições de diversas categorias para a consecução de nossas atribuições, como as instituições membros do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, as entidades representativas dos interesses dos agricultores familiares (Ministério do Desenvolvimento Agrário, MEC, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Instituto Brasília Ambiental, CONTAG, MST, EMBRAPA, INCRA, EMATER, Banco do Brasil e outras), a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, a FBOMS, o Instituto de Pesquisas Espaciais, a Marinha do Brasil, a ONG Viva Rio, rádios e organizações sociais da Bacia do Rio São Francisco, a Fundação Rotarianos de São Paulo, o SEBRAE, o WWF e outras.

Cooperação - no final de 2009 iniciamos o processo de seleção de instituição qualificada que trabalhou, a partir de outubro de 2010, na avaliação dos 10 anos da parceria com a UNESCO, que coincidem com o período da Política Nacional de Educação Ambiental; muitos projetos e ações ocorreram no âmbito dessa cooperação e chegou a hora de avaliar seus acertos e erros e aproveitar

bem as lições aprendidas, para subsidiar desdobramentos e fortalecimentos, além de orientar nosso planejamento para o futuro e propiciar o monitoramento das iniciativas de Educação Ambiental realizadas e em andamento no país.

Conferência Internacional Infante Juvenil/Vamos Cuidar do Planeta - ocorreu em junho de 2010, envolvendo cerca de 50 países e milhares de estudantes e professores. O DEA/MMA e a CGEA/MEC foram parceiros nessa empreitada. O desenvolvimento de uma pesquisa de percepção junto aos diferentes públicos da Conferência e de um estudo da pegada ecológica de cada delegação e do evento, para ações de compensação, não foi viabilizado por limitações de recursos e de tempo hábil para sua realização.

O cenário de 2010 sinalizava e se confirmaram algumas limitações, como o período mais curto para a realização de atividades (em virtude de restrições impostas pela legislação eleitoral), disponibilização de recursos financeiros semelhantes a 2009 e polarizações políticas associadas à realização de eleições, que dificultam em muito o estabelecimento de novas parcerias. Além disso, em 2010 o governo federal completou oito anos de gestão, período que implica em balanços das realizações e na conclusão de objetivos, mais do que novas ações e atividades que somente se efetivarão a médio e longo prazos. A redução prevista da equipe a partir de junho, em função do encerramento dos contratos dos temporários, não ocorreu, tendo sido prorrogados esses contratos até 31/12/2010; entretanto, quatro consultores tiveram seus contratos encerrados.

O planejamento da SAIC e do DEA para 2010 foi efetuado em janeiro e considerou essas especificidades na definição de prioridades, evitando iniciar novas ações, que exigissem aportes adicionais de recursos, e distribuindo de forma apropriada seu cronograma de atividades. Para o DEA, assim como para as demais áreas do MMA, foi um ano de conclusão de processos e ciclos, avaliação do que foi realizado e prestação de contas à sociedade.

O planejamento para 2011 será elaborado após as mudanças previstas para a SAIC e suas diretorias (provavelmente, em fevereiro), em função de melhorias na estrutura do MMA e em seu funcionamento, conforme as políticas definidas na nova gestão presidencial e seus desdobramentos ministeriais.

## II. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental, no âmbito do Departamento de Educação Ambiental e da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, está referendada na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei 9795/1999) e pelo Decreto 4281/2002 (que regulamenta a Lei) e contemplada no Plano Plurianual – PPA do período 2008-2011, no Programa 0052 “Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis”.

A missão do DEA é apoiar a efetiva implementação da Política Nacional de Educação Ambiental e do [Pronea - Programa Nacional de Educação Ambiental](#), colaborando para a construção de uma sociedade mais sustentável. Entre suas atribuições estão:

- Colaborar com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, com seu Comitê Assessor e com a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional de Meio Ambiente;
- Fomentar e orientar a componente de educação ambiental nos programas e ações das secretarias do Ministério do Meio Ambiente, de suas entidades vinculadas e de outros órgãos e entidades do governo;
- Assistir a elaboração de programas estaduais, municipais, territoriais, e setoriais de educação ambiental;
- Assistir o processo de constituição e fortalecimento das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental - CIEAs;
- Estimular a implantação de pólos, núcleos, centros e redes de educação ambiental, temáticos e geográficos;
- Colaborar na realização de encontros, eventos e campanhas de educação ambiental;
- Colaborar na concepção, planejamento e execução de ações de formação em educação ambiental;
- Aprimorar o Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental - SIBEA e incentivar a utilização e apropriação desse Sistema pelas redes, comissões, centros, pólos e núcleos, organizações e pessoas que atuam em educação ambiental;
- Desenvolver e implementar estratégias de comunicação destinadas a educação ambiental;
- Contribuir para a ampliação da participação social na formulação de políticas públicas em meio ambiente;
- Estimular e apoiar a produção de materiais educacionais voltados a questão ambiental;
- Representar o Ministério do Meio Ambiente e o governo brasileiro em instâncias nacionais e internacionais sobre educação ambiental.

Os planejamentos da SAIC e de seus departamentos para 2009 e 2010 organizaram suas linhas de ação em função de prioridades associadas às atividades previstas e de acordo com critérios e parâmetros sintonizados com as prioridades do Ministério, como as mudanças socioambientais associadas ao aquecimento global, o combate ao desmatamento e a busca do desenvolvimento sustentável, na Amazônia principalmente, mas também em biomas bastante degradados, como o Cerrado e o Semi-árido, a atenção para o ambiente rural, a articulação interna das ações de Educação Ambiental (envolvendo as secretarias e vinculadas do MMA), entre outros.

#### Breve histórico da gestão

De janeiro a junho de 2009, o DEA esteve sob a direção de Lúcia Anello. As condições de trabalho nesse período podem ser avaliadas a partir de alguns dados, como:

- Em junho de 2008, ainda na gestão de Marcos Sorrentino, a equipe do DEA era composta por 51 pessoas, a maioria sob contratos de consultoria e envolvidas com as estratégias daquela gestão, entre elas fomentar os enraizamentos estaduais da Educação Ambiental, as Comissões Interinstitucionais de EA e os Coletivos Educadores. Em janeiro de 2009 havia 17 pessoas no DEA, o que demonstra a redução progressiva da equipe no ano (fato ocorrido em todas as secretarias do MMA), em especial no número de consultores (profissionais muito úteis para atender demandas específicas e na consecução de atividades que requerem conhecimentos e práticas não disponíveis entre os membros da equipe básica, na quantidade e qualidade necessárias);
- Os recursos executados em 2008 foram da ordem de R\$ 2.084.000,00 (dois milhões e oitenta e quatro mil reais);
- Os recursos orçados para o DEA no início de 2009 eram de R\$1.800.000 (um milhão e oitocentos mil reais), mas apenas R\$185mil estavam efetivamente disponíveis, devido ao contingenciamento efetuado pelo Governo Federal e cortes de mais de 60% no orçamento da SAIC. Uma emenda parlamentar de bancada no valor de R\$8.000.000 (oito milhões de reais), negociada em 2008, não se efetivou.

Em julho de 2009, Claudison Rodrigues assumiu o DEA, tendo a seu lado na direção do DEA Renata Maranhão, analista ambiental e servidora, que trouxe consigo a memória das duas gestões anteriores. As condições de trabalho permaneceram as mesmas, com algumas situações novas a administrar, como:

- Algumas interlocuções institucionais pouco consolidadas;
- Parte da equipe bastante desmotivada pela descontinuidade nas ações provocadas por sucessivas mudanças na direção, além da proximidade do encerramento de contratos de temporários e a não-sinalização do governo federal quanto a possibilidade<sup>4</sup> de renovação;
- Heterogêneos níveis de qualificação dos membros da equipe, com apenas 4 analistas ambientais (uma na gerência adjunta do DEA, duas recém

concursadas e uma mais experiente), 4 consultores (sendo um deles dedicado exclusivamente às atividades do Programa de Cooperação com as Comunidades de Língua Portuguesa e outro dedicado exclusivamente ao Projeto de Telecentros), 8 temporários (de níveis 2 a 5), 4 assistentes e terceirizados administrativos e 3 estagiárias.

Em novembro de 2010, os 4 consultores finalizaram seus produtos e se desligaram do DEA e, em dezembro, 4 funcionários temporários e 1 estagiária tiveram seus contratos finalmente encerrados (após algumas prorrogações). Está previsto um concurso para admissão de analistas ambientais em fevereiro de 2011, devendo ser destinados 4 para o DEA.

#### Orçamento de 2009

Um descontingenciamento de R\$ 836mil oriundos do orçamento da SAIC, ocorrido em agosto, após o VI Fórum Brasileiro de EA, recompôs parcialmente os recursos financeiros disponibilizados para o DEA. Esse recurso acrescido de R\$100mil de uma emenda parlamentar convertida a custeio de uma ação importante (ENCEA) e apoio ao VI Fórum Brasileiro de EA; R\$ 200.000,00 repassados ao Ministério da Cultura para o Edital de Curtas de Animação e R\$ 400mil oriundos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, destinados à ação conjunta com o DEA no projeto "Nas Ondas do São Francisco", propiciou um total de R\$1.536.000 efetivamente disponibilizados ao DEA em 2009.

#### Orçamento de 2010

As restrições orçamentárias permaneceram em 2010, de forma bastante incisiva: o orçamento do DEA aprovado em lei para o período foi de R \$1.763.456,00, dos quais foram executados R\$889.507,14 (em virtude, principalmente do contingenciamento ocorrido). Novamente, foi feito um repasse para o MinC (para apoiar o II Edital de Curtas de Animação) no valor de R\$200.000 (incluídos no valor executado citado acima). A parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano continuou produtiva, viabilizando a contratação de dois consultores para a complementação das atividades previstas no projeto "Nas Ondas do São Francisco" (um para a elaboração e aplicação do sistema de avaliação do projeto, com a proposta de um conjunto de indicadores e procedimentos; um para os desdobramentos referentes às tecnologias de comunicação e à rede social pleiteada pelos representantes das instituições regionais parceiras no projeto).

No final de 2009, o Ministério do Planejamento e Gestão repassou R\$2 milhões para a conta do PCT com o IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, destinados às atividades necessárias à viabilização do projeto Telecentros.br. Essa verba permitiu a contratação de dois consultores para o DEA (equipe básica para a implantação dos 450 pontos de telecentros sob nossa coordenação), bem como alguns outros para a equipe técnica do programa Telecentros, sob a coordenação do MPOG.

A Unidade de Apoio Administrativo e Financeiro – UAF foi criada em 2009, com o intuito de coordenar e apoiar a execução orçamentária, financeira e administrativa dos departamentos da SAIC, o que facilitou a execução das atividades do DEA.

A grande demanda por desenvolvimento de projetos, ações, assistência técnica, atendimento a usuários diversos, disponibilização de informações e materiais didáticos, assim como a existência de passivos relacionados a ações das gestões anteriores (convênios em andamento, termos de cooperação, produtos de consultorias realizadas, solicitações e encaminhamentos não atendidos etc), aplicaram intensa pressão sobre as equipes do DEA e da UAF, exigindo a superação de restrições de diferentes categorias, de deficiências de qualificação e prazos exíguos para a realização de determinadas ações.

### III. AÇÕES DO DEA EM 2009

#### 1. Fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental

##### 1.1. Órgão Gestor da PNEA e seu Comitê Assessor

A importância do Órgão Gestor e suas atribuições, assim como a necessidade urgente de realizar um novo encontro dos membros do Comitê Assessor do Órgão Gestor - CA, estiveram na pauta desde as primeiras conversas entre Claudison Rodrigues (MMA) e Rachel Trajber (MEC). A aproximação entre as equipes do DEA e da CGEA/MEC foi importante para o andamento das questões que envolvem os dois ministérios e o Órgão Gestor.

*Reunião entre as equipes DEA e CGEA*



Conforme acordado com os membros do Comitê Assessor do Órgão Gestor, anualmente devem ser realizadas duas reuniões, mas isso não foi possível em 2009 por dificuldades institucionais. Em 23 e 24 de novembro, ocorreu a 11ª Reunião do Comitê Assessor, em Brasília, com a participação de 14 membros efetivos e 4 convidados.

Nessa reunião, diversos assuntos relevantes foram discutidos pelos membros do Comitê Assessor e do Órgão Gestor, com destaque para a proposta de reunir as CIEAs - Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (estaduais) em 2010, decorrente da importância de seu fortalecimento e de seu papel crucial na construção de um Sistema Nacional de Educação

Ambiental (considerado imprescindível para a efetiva implementação da Política Nacional de Educação Ambiental).

Outros destaques entre os encaminhamentos da reunião do CA são:

- O OG fornecerá ao CA informes das suas reuniões, com as deliberações mais relevantes;
- O OG vai retomar consulta anterior a AGU sobre se o OG tem poder deliberativo;
- Deve-se retomar a discussão sobre o SISNEA – Sistema Nacional de EA, ainda em formulação;
- Será revisto o regimento interno comum (OG e CA), encaminhado para o jurídico dos ministérios e publicado no diário oficial;
- É preciso criar estratégias para fortalecer as CIEAS, sendo uma delas o encontro nacional;
- A representante do IBAMA no CA irá elaborar um documento orientador para a institucionalização da EA nas secretarias de meio ambiental e educação;
- Deve-se elaborar um novo decreto para inclusão de novas instituições e revisão de outras questões no CA do OG;
- Em 2010, o OG promoverá um encontro Pró SISNEA (previsto para agosto, em Brasília), incluindo o encontro nacional das CIEAS;
- As próximas reuniões ordinárias do CA serão em março e agosto de 2010, mas deverá haver, também, encontros virtuais.

Durante a dinâmica de finalização da reunião, após dois dias bastante intensos e produtivos de trabalhos, as palavras dos participantes foram de entusiasmo, esperança e otimismo.

Em 2010, foram realizadas as duas reuniões previstas (abril e novembro), tendo sido encaminhadas algumas deliberações importantes, como a realização de um encontro nacional de CIEAs (Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental) para seu fortalecimento, o que ocorreu em novembro, e a atualização do Regimento Interno do Comitê Assessor, que se deu na segunda reunião (incluindo, entre outras melhorias, a participação permanente de FBOMS e REBEA no Comitê).

Por recomendação do Comitê Assessor e ampliada em seu escopo, foi elaborada e entregue à Ministra Izabela Teixeira uma reflexão sobre a situação da Educação Ambiental nas vinculadas do MMA (IBAMA, ICMBio, Agência Nacional de Água, Serviço Florestal Brasileiro e Jardim Botânico do Rio de Janeiro), com recomendações para seu fortalecimento e anexando documentos de referência. Foram solicitadas informações às vinculadas para a construção desse documento, que foi distribuído aos membros do Comitê Assessor.

Na última reunião, foi discutida uma estratégia para a retomada dos trabalhos do Comitê Assessor em 2011, assim que as definições da nova gestão tenham

sido estabelecidas e os titulares da CGEA e do DEA tenham sido confirmados, a partir da pauta de assuntos destacados nas reuniões realizadas.

*Reunião Comitê Assessor 2010*



## **1.2. CISEA - Comissão Intersectorial de Educação Ambiental**

Implementando a estratégia de articulação das diversas áreas do MMA que desenvolvem ações de Educação Ambiental, a [Portaria Ministerial 132](#), de 27/04/2009, (re)criou a Comissão Intersectorial de Educação Ambiental, a ser composta por todas as secretarias e órgãos vinculados do MMA. Essa nova portaria trouxe vários avanços, como o comprometimento dos órgãos que possuem assento na Comissão em disponibilizar pelo menos um exemplar de cada publicação e material pedagógico produzido para todas as Salas Verdes do país e a obrigatoriedade da inserção da educação ambiental em todas as políticas de meio ambiente em formulação, sendo necessário o parecer ou a participação do DEA no processo.

Entre as finalidades da CISEA estão: "fortalecer, articular e integrar as ações de educação ambiental não-formal desenvolvidas pelo MMA, visando minimizar esforços e recursos, além de otimizar sua execução".

Uma avaliação realizada no período de 2003 a 2008 identificou que a comissão apresentava algumas deficiências como a alta rotatividade de seus representantes, a não realização de tarefas estabelecidas nas reuniões e outros problemas, que comprometeram a sua eficiência (de 2007 a 2008 apenas uma reunião foi realizada).

Iniciando a aproximação necessária e a preparação para a implementação da CISEA, conforme proposto pela nova portaria, o DEA retomou a interlocução

com algumas das instituições comprometidas com a constituição da CISEA, como IBAMA (DIQUA), ICMBio (DIUSP), Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável), Secretaria de Biodiversidade e Florestas (Diretoria de Áreas Protegidas) e Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (Departamento de Mudanças Climáticas) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Presidência e NEA).

Alguns importantes resultados dessas articulações podem ser citados, como o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidade – Telecentros (com implantação prevista para o primeiro trimestre de 2010), a construção participativa da Estratégia Nacional de Comunicação em Educação Ambiental nas Unidades de Conservação – ENCEA e o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - Mais Ambiente (assinado no final de dezembro e com implantação no primeiro trimestre de 2010, contendo um Subprograma de Educação Ambiental).

Entretanto, os objetivos específicos da CISEA não foram alcançados efetivamente, requerendo priorização na nova gestão do MMA e a constituição de um GT (ou outra instância) com representantes envolvidos, de fato, com a temática e com poder de decisão, para que seja implantada e promova os resultados esperados.

### **1.3. CIEAs – Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental**

Esses colegiados estaduais têm por **missão geral** propor as diretrizes da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental. São constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil e já existem em quase todos estados do país e no Distrito Federal.

Durante 2009, algumas articulações foram conduzidas com o objetivo de fortalecer as Comissões. Destaques para a constituição de uma Comissão Municipal de Educação Ambiental no município de Santarém, bem como a participação em eventos e reuniões realizadas pelas CIEAs de alguns estados, como Espírito Santo, Maranhão e Paraná.



*Reunião do Grupo Técnico da CIMEA  
Comissão Municipal Interinstitucional de Educação Ambiental de Santarém*

Existem alguns excelentes resultados, que demonstram a vitalidade dos participantes de algumas dessas comissões, embora não se possa afirmar o mesmo de diversas outras, que não conseguiram manter o dinamismo necessário ao processo.

Em vários estados brasileiros, a situação atual das CIEAs recomenda um esforço institucional para a retomada dos trabalhos, pois as CIEAs (através de sua representatividade e da capilaridade nos municípios) tem um papel fundamental na efetiva implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.

Na reunião do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA (ocorrida em 23-24 de novembro de 2009), a importância das CIEAs foi uma unanimidade entre seus membros e ficou encaminhada a realização de um encontro nacional das CIEAs em 2010, objetivando levantar sua real situação, trocar informações e experiências, discutir formas de fortalecimento etc.

Em novembro de 2010 ocorreu o Encontro Nacional de CIEAs, em Brasília, com a presença de 23 representações estaduais (governos e sociedade civil) e da maioria dos membros do Comitê Assessor do Órgão Gestor. Durante dois dias foram discutidos problemas, potencialidades, estratégias para atuações mais efetivas, entre outras questões relativas às CIEAs. Foram eleitos, de forma muito democrática, os estados (Bahia - titular e Rio Grande do Sul - suplente) para a representação das CIEAs no Comitê Assessor. Ao final do encontro, foi formulada uma estratégia para a retomada dos trabalhos das CIEAs junto ao Órgão Gestor e seu Comitê Assessor, considerando as mudanças que poderão se dar na nova gestão do MMA (e do DEA) e da CGEA/MEC.



#### **1.4. Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**

Está sendo construído desde 2003, através de processo participativo e democrático, passando pela realização de Consultas Públicas nos Estados em 2005 e de Consulta Pública Nacional em 2006 e, ainda, com a realização do Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude, que reuniu 1.500 delegados na discussão do Plano.

O Plano contempla 250 metas, distribuídas em 13 temáticas e 4 eixos prioritários: Emancipação e Autonomia Juvenil, Bem-estar Juvenil, Participação e Organização Juvenil e Políticas afirmativas e Eqüidade de Oportunidades.

No que diz respeito a pauta do Ministério do Meio Ambiente no Plano (representada no eixo temático Bem-estar Juvenil, diretriz 2.2.2 - Preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado), que apresenta dez (10) metas específicas. A proposta mais defendida, que de fato pode acarretar compromissos políticos ao Ministério do Meio Ambiente, e foi considerada a quarta prioridade para os Jovens (numa lista de 22 prioridades) durante a 1ª Conferência Nacional da Juventude é:

- Criar uma Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que inclua o "Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente", institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da Juventude, que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental, global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.

Neste sentido, o MMA tem articulado e participado da construção do Plano Nacional de Juventude, no mesmo momento em que busca promover ações que atendam as demandas dos jovens:

- O MMA emitiu parecer favorável ao Plano Nacional de Juventude, que aguarda votação no Congresso.

- Foi criado o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), formado pelo MMA, MEC e a Secretaria Nacional de Juventude, que irá atuar na elaboração, construção e instituição do PROJUMA - Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

- O Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente está sendo formulado a partir de processo participativo e está neste momento em consulta pública; deverá subsidiar o trabalho do GTI instituído pela Secretaria Geral da Presidência.

- O DEA participou, também, das atividades legislativas relacionadas à aprovação do Plano Nacional de Juventude e seu estatuto.

O MMA/DEA tem cadeira na nova composição do Conselho Nacional de Juventude, o que implica em atribuições e compromissos a ser desenvolvidos em 2010; essas ações configuram uma área de atuação pouco explorada até o momento, o que irá acrescentar mais trabalho à equipe do departamento.

O GT composto por MMA, MEC e Secretaria Nacional de Juventude tem se reunido para elaborar diretrizes para o Plano, sistematizando informações obtidas, principalmente, nas Conferências Infanto-Juvenis de Meio Ambiente e nos Encontros Nacionais de Juventude e Meio Ambiente. Para superar a excessiva demora em sua formulação e tramitação, o Plano precisa receber maior prioridade das instituições federais, para que possa chegar ao Congresso, passar pelas Comissões e ser votado.

A íntegra do Plano Nacional da Juventude está disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>.

## **1.5. Educação Ambiental e Licenciamento**

Ampliar e fortalecer as ações de Educação Ambiental nas licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro de meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis é uma das ações prioritárias do DEA/SAIC/MMA. Nesse sentido, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, por meio da portaria Ministerial nº 111, de 01 de abril de 2009, foi constituído o Grupo de Trabalho para orientar e regular a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações de educação ambiental desenvolvidas no contexto do licenciamento.

Como produto desse GT, foi elaborada uma minuta de Instrução Normativa que estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental, apresentados como medidas mitigatórias ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.

Essa proposta de Instrução Normativa é fruto de um trabalho conjunto entre o MMA, o IBAMA e o ICMBio e visa a suprir a demanda existente sobre a regulação das ações de educação ambiental no contexto do licenciamento, de modo que os procedimentos adotados pelo MMA e vinculadas estejam referendados em uma educação ambiental transformadora e efetiva.

Com base nas experiências já adquiridas pela Coordenação Geral de Petróleo e Gás do IBAMA - CGPEG/DILIC/IBAMA e pelos estados do Espírito Santo e Bahia, a minuta de Instrução Normativa, em seu artigo 2º, propõe que "deverão ser elaborados dois programas de educação ambiental: um direcionado aos grupos sociais da área de influência da atividade em licenciamento e outro aos trabalhadores envolvidos no mesmo" para o atendimento às medidas mitigatórias ou compensatórias aos programas ambientais aprovados.

Essa minuta de Instrução Normativa foi submetida à CONJUR/MMA, que solicitou um parecer jurídico do IBAMA e recomendou que seja publicada uma Instrução Normativa conjunta entre MMA e IBAMA. O processo está em análise do IBAMA.

### **1.6. Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS**

Desde 2006, o DEA participa do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – GT EAMSS, coordenado pelo Ministério das Cidades, cujo principal objetivo é integrar os objetos da Política Nacional de Educação Ambiental à Política Nacional de Saneamento básico e ao Estatuto da Cidade.

Um dos produtos construídos nesse processo foi o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS, que busca fortalecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas de educação ambiental e mobilização social em saneamento, de forma que se consolidem como iniciativas continuadas e transformadoras, que contribuam para o controle social, a universalização do saneamento e a construção de sociedades sustentáveis.

O PEAMSS traz diretrizes, princípios, objetivos e estratégias de ação para orientar as ações de educação ambiental em saneamento. Está referendado nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.

Um dos resultados obtidos pelo GTEAMSS foi a elaboração de uma minuta que orienta as ações de Educação Ambiental em Saneamento em consonância com o PEAMSS. A institucionalização dessa minuta foi dada por meio da publicação da Instrução Normativa nº 36, de 31 de agosto de 2007 e outras instruções normativas do Ministério das Cidades, que indicam a destinação de 1 a 3% dos recursos investidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento no âmbito do saneamento - PAC SANEAMENTO - para as ações socioambientais gestadas no espírito de uma educação ambiental diferenciada.

Nesse contexto, com o retorno dos investimentos no setor, foram realizadas em 2008 oito oficinas regionais com prestadores de serviços de saneamento e os grupos que atuam com a educação ambiental com o intuito de aproximar esses grupos e desenvolver um processo de formação sobre educação ambiental e saneamento. As oficinas foram realizadas em Salvador, Belém, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Joinville e Rio Branco, com a participação dos responsáveis ou envolvidos na/pela elaboração de projetos socioambientais relacionados a intervenções de saneamento e representantes de Coletivos Educadores (instituições de formação)/ Universidades/ CIEAs; prestadores de serviço de saneamento (incluindo municípios integrantes do Projeto COM + AGUA do PMSS); técnicos e dirigentes de Prefeituras contempladas com recursos do PAC; e técnicos e dirigentes de municípios integrantes do PASS/BID.

Em 2009 foi publicada uma Cartilha e um Caderno Metodológico com elementos práticos para orientar os projetos sociais e de Educação Ambiental que constituem, de forma obrigatória, os projetos executivos das obras de saneamento básico. Com isso se busca orientar e qualificar as prefeituras e empresas de saneamento na condução e constituição dos processos sociais e de participação popular exigidos na legislação vigente.

O Programa enfrenta algumas dificuldades, que devem ser equacionadas para seu sucesso, como a alta rotatividade dos representantes do GT, a baixa priorização do programa no Ministério das Cidades (Secretaria Executiva) e demais ministérios que compõem o GT e a falta de recursos específicos para implementação do programa.

## **2. Produção de Metodologias e Conteúdos**

### **2.1. Educação Ambiental e Agricultura Familiar**

Com o objetivo de contribuir para a formulação de uma Política Pública de Educação Ambiental voltada para a Agricultura Familiar, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente iniciou, em 2009, a construção participativa desse programa, a partir da pauta apresentada ao

Ministro Carlos Minc pelos agricultores e agricultoras familiares no Grito da Terra 2009.

Esse foi o início de um projeto de educação ambiental voltado para a capacitação, sensibilização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nas questões referentes ao meio ambiente e à produção agroecológica.

O DEA organizou, entre os dias 29 e 30 de outubro de 2009, em Brasília/DF, a [1ª Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar](#), que contou com a participação de cerca de 50 pessoas, entre representantes de instituições públicas e privadas, movimentos sociais e sindicais e instituições de fomento e pesquisa.



*Oficina de Agricultura Familiar - 2009*

Antes da oficina, para obter informações norteadoras e levantar as ações semelhantes e/ou que atuam com o mesmo público, foram realizadas reuniões com representantes de diversos segmentos envolvidos com a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável, como representantes do poder público e dos movimentos sociais e sindicais que empreenderam o Grito da Terra 2009: CONTAG (3), Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (2), Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Após a oficina de 29-30/11, o DEA aprofundou o relacionamento com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em especial a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, para incorporar conceitos fundamentais, como os de Territórios de Identidade, de Cidadania e Rural, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como os pré-diagnósticos realizados por aquela instituição nos territórios potenciais em que se pretende realizar a oficina-piloto, que será realizada para a testagem da metodologia, dois encontros mais específicos poderão ser promovidos objetivando agregar novas contribuições à proposta em construção.

Participamos de oficinas realizadas pelo MDA/SDT, relacionadas à elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e com o colegiado do Território Rural de Águas Emendadas (DF), onde pretendíamos realizar a nossa primeira oficina piloto, que ocorreu em junho de 2010, em Unaí, Minas Gérias.



*Oficina em Unaí - 2010*

A metodologia e a operacionalização de um programa tão abrangente (o Censo Agropecuário de 2006 fala em 4.367.902 unidades agrícolas familiares) estão em teste, para sua adequação e finalização da proposta para 2010. Frente à quantidade de unidades familiares existentes no Brasil, em todos os biomas, a execução descentralizada é intrínseca à sua implementação, apoiando-se em parcerias que serão construídas com diversas instâncias, como as CIEAs (Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental – presentes em todos os estados), os Coletivos Educadores, as secretarias estaduais e municipais de Meio Ambiente, Agricultura e outras, os órgãos estaduais de assistência técnica e extensão rural, os colegiados de Territórios Rurais, os coletivos de trabalhadores no campo, ONGs locais e outras.

Recursos financeiros foram negociados no âmbito do Programa Mais Ambiente (Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais), sob a coordenação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do MMA. O Sub-Programa de Educação Ambiental prevê recursos para a realização de oficinas em todos os estados brasileiros em 2011. O Mais Ambiente foi criado pelo [Decreto Presidencial 7.029](#) (de 12/2009) e prevê um Comitê Gestor composto por alguns ministérios (MMA, MDA, MAPA), EMBRAPA, CNA e CONTAG.

Depois da oficina de Unaí, foram realizadas mais duas oficinas de construção do Programa, conforme previsto, em Cavalcante e Divinópolis (GO / setembro e novembro), no Território Rural da Chapada dos Veadeiros.

As três oficinas tiveram públicos bem variados: na oficina de Unaí, os médios proprietários rurais, com terras de até 2.000 ha, constituíram o maior público presente; em Cavalcante foram os pequenos agricultores e em Divinópolis técnicos de extensão rural sobressaíram entre os participantes. O debate dos temas se polarizou em torno de diferentes questões nas três oficinas, possibilitando uma maior clareza do aspecto metodológico do programa.

Outro aspecto importante das oficinas está relacionado às temáticas trabalhadas por outros setores, como a educação do campo no MEC e a adequação ambiental na SEDR/MMA, além dos conflitos agrários e ambientais que os agricultores enfrentam e que demandam a presença do INCRA, IBAMA e ICMBio.

Além de contribuir para a construção participativa do Programa, as oficinas propiciaram momentos de reflexão sobre as questões de cada território e o encaminhamento de ações para enfrentar os problemas priorizados e aproveitar as potencialidades locais. O acúmulo de informações e as avaliações realizadas após cada oficina permitiram que a proposta fosse progressivamente aprimorada, em conteúdos, metodologias e estratégias de operacionalização. As parcerias articuladas com os diversos atores sociais envolvidos com a agricultura familiar revelaram-se satisfatórias e deverão ser retomadas e fortalecidas no próximo período.

A proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental foi apresentada à Secretária Samyra Crespo (SAIC) e encaminhada à Secretaria Executiva do MMA, com a recomendação que o Programa seja incluído no novo Planejamento Plurianual (PPA), que será elaborado em 2011 e com validade para 2012-2015 (o documento está disponível no site do DEA). Outra fonte de recursos para o período anterior o novo PPA é o Sub-Programa de Educação Ambiental do Programa Mais Ambiente (SEDR/MMA).

## **2.2. Educação Ambiental no Cenário de Mudanças Climáticas**

O aquecimento global e as mudanças socioambientais decorrentes são o tema prioritário para governos, instituições e a sociedade, em geral. Todos os demais problemas, como a perda de biodiversidade, a degradação dos recursos hídricos e de solos cultiváveis, entre outros, serão potencializados pelo aquecimento do planeta.

Para o MMA, esse é o principal eixo de atuação, como se observa no combate direto ao desmatamento, às queimadas e às práticas de uso do solo não apropriadas, além de diversas outras ações relacionadas às emissões de gases de efeito estufa (envolvendo cidades, indústrias e outros atores sociais).

A Conferência de Copenhague - e toda a movimentação planetária em torno do

assunto – colocou definitivamente na agenda a preocupação com o destino da Humanidade, com a segurança ambiental, alimentar, social e econômica.

A Educação Ambiental, nesse cenário de mudanças extraordinárias (nos modos de produção e consumo, por exemplo), terá um papel muito importante na construção de sociedades mais sustentáveis, no desenvolvimento de valores e atitudes e na transformação das relações entre os seres humanos e seus ambientes.

Para que se possa atender a tais demandas, faz-se necessário estabelecer um conjunto de pressupostos, diretrizes, conteúdos e abordagens específicas para o desenvolvimento de projetos e ações num cenário como esse. Dessa forma, em 23 e 24 de setembro de 2009, foi realizada a “Oficina sobre EA no contexto das Mudanças Climáticas”, em Brasília, contando com 40 participantes oriundos de universidades, da sociedade civil organizada, representantes de instituições governamentais e convidados especiais.

Os resultados obtidos na oficina formaram um diagnóstico da EA em relação ao contexto nacional de mudanças climáticas e propuseram um conjunto de orientações para ações nacionais de EA, a partir dos eixos estruturantes da PNEA: comunicação, ensino formal (profissionalizante e extensão universitária) e ensino não formal. Um avanço conceitual importante promovido durante a oficina, que amplia e complexifica as linhas de atuação da Educação Ambiental, relaciona-se à necessidade de se considerar o psiquismo, o arcabouço mental das pessoas, pois as transformações comportamentais necessárias dependem de intervenções nessa área de conhecimento.



*Oficina de Mudanças Climáticas*

A amplitude da temática e sua complexidade recomendaram a contratação de um consultor para produzir os subsídios necessários aos próximos passos do processo. Dessa forma, foram levantados os principais documentos disponíveis no Brasil e no exterior (pesquisas, teses, dissertações, artigos, relatórios etc) sobre Mudanças Climáticas e Educação Ambiental. A partir da sistematização desse acervo extenso e de entrevistas com um significativo grupo de

especialistas, foram propostas diretrizes, princípios, objetivos e linhas de ação para iniciativas de Educação Ambiental no cenário de mudanças climáticas. Esse documento (disponível no site do DEA) constitui uma importante referência para quaisquer projetos, públicos ou privados, que pretendam abordar tais questões.

Outro produto da consultoria foi a proposta de uma Campanha de Campanhas (disponível no site do DEA), a partir do levantamento e análise de diversas campanhas socioambientais (nacionais e do exterior) e dos subsídios fornecidos pelo primeiro produto. Essas campanhas (iniciativas locais, em redes regionais, nacionais, e internacionais) serão estimuladas para que ocorram durante 2011, preparando a maior mobilização possível para o encontro da ONU sobre Mudanças Climáticas na África do Sul, no final do ano, outro importante momento para a construção dos acordos planetários necessários ao enfrentamento das mudanças climáticas. Os países da CPLP, do PLACEA, do Centro de Saberes e de outras redes serão envolvidos nesse esforço (essa participação já foi articulada nas reuniões com a Secretaria Executiva da CPLP, em Lisboa, e na última reunião do PLACEA, em 2009, na Argentina).

### **2.3. UNESCO/ Metodologia de Monitoramento e Avaliação**

Conforme detalhado no item 7.2, o Projeto de Cooperação Técnica 914BRA2047 com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, encontra-se na última etapa, que é a avaliação dos 10 anos de sua vigência.

Como resultado dessa etapa (prevista para finalizar em janeiro de 2011), além da avaliação propriamente dita das ações e projetos desenvolvidos nesse período, será produzida uma ferramenta metodológica para propiciar monitoramento e avaliação de iniciativas de Educação Ambiental no Brasil, ou seja, a definição de um conjunto de indicadores apropriados e procedimentos para sua utilização.

Esse material será distribuído amplamente e se tornará muito útil para todas as instituições que desenvolvem trabalhos de EA, propiciando a avaliação, não apenas de eficiência e eficácia, mas, principalmente, da efetividade das intervenções.

### **2.4. PROFEA – Programa de Formação de Educadores Ambientais**

O PROFEA foi elaborado há alguns anos, mas sua utilização não se deu em virtude, principalmente, da linguagem considerada de difícil apropriação e por não estar associado a uma estratégia de implementação.

Trata-se de uma contribuição à formação de educadores ambientais, realizada em diferentes categorias de instituições, que poderiam tê-la como referência para etapa de planejamento de suas atividades de formação.

Em 2010, aproveitando a disponibilidade de um consultor (que, também, realizou as avaliações das Salas Verdes e Coletivos Educadores, além da finalização da ENCEA), foi realizada uma revisão no texto original, gerando uma nova versão, bem mais sucinta e que poderá atender à proposta original de apoiar conceitual e metodologicamente a formação de educadores ambientais (o documento para consulta encontra-se no site do DEA).

### **3. Desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental**

#### **3.1. Telecentros - Programa Nacional de Apoio a Inclusão Digital nas Comunidades**

O [Decreto Presidencial 6.991](#), de 27/10/2009, instituiu o Programa Nacional de Apoio a Inclusão Digital nas Comunidades, denominado "telecentros.BR".

Telecentros são espaços de inclusão sociodigital que proporcionam acesso público e gratuito às tecnologias de informação e comunicação, com computadores e aplicativos abertos conectados a Internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões.

As competências de coordenação do programa estão distribuídas entre o Ministério das Comunicações (disponibilização e manutenção de equipamentos e conexão); Ministério da Ciência e Tecnologia (concessão de bolsas para monitores); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (disponibilização de equipamentos recondicionados e formação de monitores)

As entidades cuja proposta se caracteriza como de abrangência nacional, bem como órgãos federais fazem parte do Comitê Nacional do Programa Telecentros.BR. Espera-se a participação e atuação conjunta de órgãos federais, estaduais, municipais e entidades da sociedade civil, com experiência em implantação, manutenção e funcionamento de espaços públicos de inclusão digital, monitoramento através de indicadores socioeconômicos e ambientais, bem como de formação a distância.

O MMA/SAIC/DEA há dois anos acompanha a política do Governo Federal de implantação dos telecentros. A expectativa inicial era de criar 5.000 novos e apoiar 3.000 já existentes, em todo o país, hoje o universo está em cerca de 15.000 espaços sendo implantados ao longo de 2010 e 2011. Dois consultores

com experiência na implementação de telecentros, inclusão digital e educação ambiental estão envolvidos no projeto.

Foram criados, em julho de 2009, o Comitê Ministerial de Apoio a Inclusão Digital, no âmbito do MMA, e dele fazem parte organismos internos do Ministério, como suas secretarias e vinculadas, e o Grupo de Trabalho Interministerial, formado pelos Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Ministério da Pesca, Ministério do Desenvolvimento Social, FUNAI e IBAMA. O DEA acompanha e secretaria esses dois grupos de instituições com características semelhantes, por vezes públicos comuns, de forma a maximizar os recursos disponíveis nessas instituições e centralizar a coordenação do seu processo junto ao governo federal.

No primeiro momento, reunimos uma base de dados com cerca de 600 registros de candidatos que apresentavam condições básicas necessárias a instalar telecentros em suas sedes além disso, estão em áreas de relevante interesse socioambiental. Esses contatos foram trazidos pelos parceiros institucionais que compõem os dois grupos de trabalho secretariados pelo DEA.

O programa Telecentros.BR selecionou através do Edital Nº 1/2010, 10.000 entidades, destas, 460 propostas foram enviadas através do MMA. As entidades participantes do programa serão beneficiadas com equipamentos de informática, mobiliário, bolsas para os monitores via CNPq e conexão via programa GESAC – MINICOM.

O DEA montará uma equipe para desenvolver conteúdos específicos de EA e acompanhar o conjunto de telecentros que estarão em áreas de vulnerabilidade socioambiental e sob sua coordenação, objetivando torná-los estruturas educadoras que funcionem como pólos de reflexão e intervenção nas realidades em que se inserem.

O MMA possui uma equipe de consultores especialistas que vem desenvolvendo e adaptando conteúdos de Educação Ambiental mediados por tecnologias para serem aplicados junto aos bolsistas dos telecentros. Além desta atribuição, é de responsabilidade dos consultores acompanhamento de logística e monitoramento através de indicadores socioambientais específicos para as demandas do Ministério.

O objetivo é tornar os espaços dos telecentros, estruturas educadoras que apoiem a execução de políticas públicas, funcionando como polos de reflexão e intervenção para o desenvolvimento sustentável da região onde estão inseridos.

Em 2010, foram entregues 240 telecentros; estes e os demais aguardam para 2011 a formação oferecida pela USP, com duração de 1 ano.

As atividades realizadas para execução do programa no âmbito do MMA em 2010 foram: conferência da base de dados das entidades beneficiárias,

participação nas reuniões do comitê nacional de formação, participação no 1º e 2º seminário das iniciativas do programa, participação nos encontros dos pólos regionais de formação, diversas reuniões com parceiros institucionais para fomento de acordos de cooperação, diversas reuniões por teleconferência com os cabeça de rede e demais parceiros no programa no âmbito do MMA; representação na reunião ordinária do CGTI – MMA, representação na reunião do comitê de Saneamento, participação na oficina sobre redes sociais oferecida pelo NOSF, participação no fórum da cultura digital brasileira.

### **3.2. Salas Verdes**

O projeto Sala Verde é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, desenvolvida desde 2003 como resposta a contínua demanda por informações socioambientais produzidas pelo MMA e suas vinculadas, e que, a partir de 2004, passou por uma reformulação que incluiu na proposta de atendimento a esta demanda o caráter Político Pedagógico.

Salas Verdes são espaços interativos de informação, educação, formação e ação socioambiental, situados dentro de uma instituição, dedicados ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental e que tem como ferramentas a divulgação e a difusão de publicações sobre temas socioambientais, com suas várias potencialidades: ambientais, culturais, sociais, informacionais, pesquisa, comunicação e articulação.

Uma Sala verde é configurada por quatro elementos fundamentais: espaço, equipamentos e recursos, equipe e o Projeto Político Pedagógico. A parceria entre instituições é incentivada, como forma de fortalecimento das ações e potencialidades das Salas Verdes, bem como uma garantia de sustentabilidade da proposta.



*Sala Verde no IV Forum*

Outra característica das Salas Verdes é a **chancela institucional** que possibilita que cada Sala Verde e toda a Rede possam ser reconhecidos como parceiros no desenvolvimento e implementação das políticas públicas do MMA para a Educação Ambiental, além de receber materiais pedagógicos (livros, CDs, jogos, DVDs) produzidos pelo Ministério e suas vinculadas, ou cedidos por parceiros que colaboram com o Projeto. Em 2009, foi enviado um novo *kit* com diversas publicações para todas as Salas Verdes.

No VI Fórum Brasileiro de EA, realizado em julho, no Rio de Janeiro, ocorreu o encontro das estruturas educadoras Salas Verdes que reuniu representantes de 75 estruturas e teve como principal objetivo o fortalecimento da Rede de Salas Verdes. O encontro resultou na criação de três grupos internos da Rede para trabalhar pautas específicas de Gestão, Comunicação e Captação de recursos, além de uma estratégia conjunta de ampliação da Rede e um processo de avaliação que culminará na produção de duas publicações sobre as experiências exitosas e a metodologia da Rede.



*Reunião das Salas Verdes no VI Fórum*

Atualmente, existem 390 Salas Verdes em todo o país, apresentando diferentes estágios de consolidação. Algumas negociações em curso poderiam expandir significativamente esse número, como o acordo de cooperação entre o DEA/MMA e a Fundação de Rotarianos de São Paulo, em construção, e o lançamento, em 2010, de um edital de apoio institucional que iria chancelar instituições que já possuem espaço físico, equipamentos e materiais visando o fortalecimento e o apoio de estruturas já existentes. Tais eventos não ocorreram e a percepção de uma certa fragilidade das instituições responsáveis por Salas Verdes recomendou fosse efetuada uma avaliação detalhada da real situação da rede.

Um consultor foi contratado para essa avaliação (fazendo o mesmo com os Coletivos Educadores – o documento está disponível no site do DEA), tendo enviado questionários para todas as Salas Verdes e contatado diversas; discutiu, também, suas questões com pessoas que estiveram envolvidas na formulação e implantação deste programa nos últimos anos. Os resultados

obtidos apontam pontos fortes e fracos das Salas Verdes, bem como a necessidade de, caso se pretenda fortalecer e incrementar o programa, aumentar a equipe gestora/técnica no DEA, em função do esforço administrativo e tempo de dedicação associados à sua execução. Outros aspectos considerados são atualizar a visão que o MMA tem sobre o programa e a revisão da política para essa rede (expansão, apoios, chancela, envio de publicações etc). A sustentabilidade (sobretudo financeira) das SVs é um dos principais desafios, apontando para a melhora de suas gestões internas, assim como seus projetos político-pedagógicos e suas intervenções nas comunidades.

### **3.3. Coletivos Educadores**

Coletivos Educadores são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA).

O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas; a reflexão crítica sobre a problemática socioambiental; o aprofundamento conceitual e a criação de condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental com a população de sua região, visando a sinergia dos processos de aprendizagem que contribuem para a construção de territórios sustentáveis.

O DEA/MMA, por meio de edital, chamada pública e parcerias, já fomentou a implementação de 143 Coletivos Educadores, abrangendo 1.094 municípios distribuídos no território brasileiro.

Os Coletivos Educadores estão em diferentes estágios de consolidação e de atuação em suas regiões de abrangência, sendo que muitos já iniciaram o processo de formação dos educadores ambientais.

Conforme comunicado pela direção do DEA, durante o VI Fórum Brasileiro de EA, realizado em julho, no Rio de Janeiro, e também em outras ocasiões, será realizada uma avaliação dos projetos e ações de Educação Ambiental desenvolvidos pelo DEA nos últimos 10 anos (incluindo a avaliação dos CEs). Essa avaliação está prevista no Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO, cujo prazo de encerramento foi prorrogado por mais seis meses (até junho de 2010), exatamente para possibilitar a realização da avaliação. Esse PCT com a UNESCO começou em 1999 e durou 10 anos, tendo o mesmo tempo que a PNEA e por objetivo apoiar sua implementação. Após essa avaliação deverá ser elaborada uma proposta para os Coletivos Educadores, considerando suas potencialidades e deficiências.

No VI Fórum Brasileiro de EA, foi promovida a Oficina de Intercâmbio e Avaliação do Edital FNMA 05/2005 "Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis", que contou com a presença de nove Coletivos. A participação das instituições foi considerada o principal resultado da Oficina, visto que o espaço foi preenchido com apresentações propositivas, tendo o objetivo de consolidar as políticas públicas fomentadas.



*Reunião coletivos no VI Fórum*

Um abaixo-assinado de educadores ambientais de CEs foi entregue ao Diretor do DEA ao final do VI Fórum, ressaltando a importância dos Coletivos e a necessidade de continuidade e fortalecimento.

Em 2009 e 2010, recebemos Projetos Político-Pedagógicos e relatórios de alguns CEs, para avaliação, e atendemos ligações telefônicas de interessados em esclarecer dúvidas e solicitar apoio técnico.

Em 2010, foi contratado um consultor para realizar a avaliação detalhada do programa de Coletivos Educadores, através do envio de questionários, contatos com representantes de CEs e entrevistas com diversas pessoas que estiveram envolvidas na formulação e implantação do programa nos últimos anos (o documento está disponível no site do DEA). Entre as recomendações produzidas estão: aproximar MEC e MMA na discussão dessa política de governo, seus aspectos institucionais e papel no enraizamento da EA no país; promover encontros regionais e socializar experiências; criar canais de comunicação para acompanhar e avaliar os CEs; definir uma estratégia de fomento e aporte de recursos.

Aspectos positivos e negativos foram identificados na pesquisa, sinalizando a necessidade de se discutir as bases conceituais originais do programa *vis-a-vis* as experiências, os erros e acertos registrados, as diferentes visões divergentes e tendências observadas no maior ou menor sucesso dos CEs (deficiências de gestão interna, baixa articulação com atores locais, dependência financeira etc). A próxima gestão do Órgão Gestor da PNEA

deverá se apropriar dessas informações e definir as bases para a continuidade do programa.

O DEA participou em 2010 de um encontro em Botucatu, com 10 CEs de São Paulo, no qual foram discutidos assuntos relativos ao funcionamento dos CEs, seus problemas e soluções, tendo sido encaminhada uma solicitação de apoio ao DEA, que atendeu através do envio de um ofício fortalecendo os CEs perante seus parceiros locais e solicitando que participem mais ativamente das ações coordenadas pelos CEs. Essa ação foi muito bem recebida pelos membros dos CEs, devendo ser replicada junta a outros, desde que seja possível atestar seu funcionamento satisfatório.

### **3.4. Educomunicação**

#### **3.4.1. Nas Ondas do São Francisco**

Projeto desenvolvido em parceria com o Departamento de Revitalização de Bacias/SRHU, que tem como objetivo desencadear ações de educomunicação voltadas ao empoderamento das comunidades locais, ao envolvimento ativo das rádios públicas e comerciais e ao fortalecimento do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco.

Na semana de lançamento do projeto (1-4/12/2009), em Penedo, Alagoas, foram assinados 19 Termos de Adesão ao projeto "Nas Ondas do São Francisco", entre o MMA e as rádios parceiras, e concedidos 20 selos de "Instituição Parceira".

Em dois dias de oficinas, foi elaborado o cronograma e definida em detalhes a metodologia de participação das rádios, das organizações da sociedade civil e dos Comitês de Bacias Hidrográficas para a realização das 9 oficinas formativas previstas para ocorrer em 2010; foi, também, lançada a campanha educativa em prol do meio ambiente na Bacia do Rio São Francisco.



### *Representantes de rádios e organizações*

Em parceria com a ONG Viva Rio, do Rio de Janeiro, foram produzidas (sem custos e com a participação voluntária do músico pernambucano Lenine) as cinco primeiras peças radiofônicas, que estarão sendo veiculadas pelas rádios parceiras entre dezembro de 2009 e junho de 2010.

A expectativa da equipe (ratificada pelos encaminhamentos e comentários recebidos durante o lançamento do projeto) sempre foi que muitas rádios da bacia participariam do esforço de divulgação proposto, potencializando o alcance das mensagens e os resultados esperados. O mesmo se esperava em relação às organizações da sociedade, pois a disseminação do processo em andamento, através das redes e do sistema radiofônico da Bacia do Rio São Francisco, atraiu e envolveu muitas outras organizações. Diversas instituições governamentais e acadêmicas manifestaram o desejo de participar e receber o selo do projeto (Capitania dos Portos/Agência Regional, Sociedade de Amigos da Marinha, UFAL, Secretarias Municipais e outras).



*Evento de Lançamento do Nas Ondas do São Francisco*

Importante destacar os resultados de pesquisas conduzidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (e apresentadas no Seminário de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, em Betim), bem como resultados de pesquisa realizada pela Fiocruz (sob a coordenação do Dr. Ulisses Confalonieri), que apontam a região do semi-árido como a que mais sentirá os efeitos daninhos do aquecimento e das mudanças climáticas, com graves prejuízos à agricultura e às populações locais, podendo ocorrer significativas migrações humanas. Dessa forma, a importância conferida à Bacia do Rio São Francisco, também, está associada a tais questões e sintonizada com as principais políticas do MMA.

Durante 2010, foram realizadas duas oficinas por região hidrográfica e uma reunião geral para avaliação, em Pirapora/MG (junho). Em novembro, foram oferecidas duas Oficinas Virtuais de Gestão de Redes Sociais, em paralelo a novos encaminhamentos de parceria, dessa vez do MMA com o Comitê de

Bacia do Rio São Francisco, com vistas a dar continuidade e ampliar os resultados do projeto no âmbito da bacia. Os resultados do projeto foram plenamente alcançados e superados, tornando-se um caso exemplar de planejamento e execução efetivamente participativos, o que colaborou sobremaneira para seu sucesso. A Agência Nacional de Água – ANA e o DEA estão negociando a utilização do modelo do projeto e as lições aprendidas em sua execução em ações semelhantes que beneficiarão outras bacias hidrográficas.

### **Resultados alcançados:**

- 120 participantes capacitados em educomunicação e rádios;
- 36 spots de rádio elaborados;
- 2 campanhas de educação ambiental em prol da revitalização da bacia do rio São Francisco realizadas entre dez/2009 e julho de 2010;
- Rede de 44 rádios formada e veiculando os 36 spots em toda a extensão da bacia do rio São Francisco;
- 12 oficinas realizadas: 1 de planejamento participativo em dez/2009; 4 formativas em políticas integradas (EA, Revitalização de Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos) em março/2010; 4 educacionais em conteúdos de rádio em abril/2010; 1 de avaliação do processo em junho/2010; 1 presencial interna do MMA em gestão de redes sociais e plataforma Moodle em out/2010; 2 virtuais em gestão de redes sociais em nov/2010;
- Rede NOSF, rede social criada, formada e ativa com 160 membros;
- Blog [nasondasdosaofrancisco.blogspot.com](http://nasondasdosaofrancisco.blogspot.com) ativo e atualizado desde dez/2009;
- Novo blog: [nasondasdosaofrancisco.mma.wordpress](http://nasondasdosaofrancisco.mma.wordpress.com) elaborado e com lançamento previsto para 02/2011;
- Mapeamento de experiências das Rádios e EA realizado entre os participantes do NOSF;
- 8 filmes de registro das atividades do NOSF realizados e mais de 100 Gb em imagens e vídeos inéditos arquivados;
- 13 relatórios técnicos sobre o NOSF elaborados, produtos das consultorias contratadas;
- Parceria intra-institucional fortalecida entre SAIC e SRHU;
- Rede de parcerias institucionais realizadas entre DEA/SAIC com órgãos de recursos hídricos e meio ambiente federais, estaduais, municipais e comitês de bacia hidrográficas da bacia do rio São Francisco;
- Programa de Revitalização de Bacia do Rio São Francisco fortalecido através do NOSF;
- Articulação institucional entre MMA e CBHSF fortalecida;
- 400 CDs dos resultados obtidos do NOSF distribuídos entre gestores públicos federais, estaduais e de CBHs;
- 3.000 unidades de publicações diversas do MMA distribuídas entre lideranças e participantes do NOSF pela bacia do São Francisco;

- 30 participantes do NOSF capacitados para atuação como gestores da Rede NOSF;
- Plataforma Moodle do MMA customizada para atender a Rede NOSF;
- 20 técnicos do MMA mobilizados para acompanhar a evolução da Rede NOSF;
- 4 apresentações do NOSF realizadas em plenárias do CBHSF;
- 1 apresentação do NOSF em parceria com o CBHSF realizada na plenária do 12o Encontro Nacional de CBHS em nov/201 em Fortaleza, CE para 1.500 participantes;

Algumas recomendações de encaminhamento e perspectivas de continuidade para o projeto:

- Dar continuidade a parceria DEA/DRB através do NOSF, com novo aporte de recursos do PRSF;
- Constituir parceria entre o MMA com os órgãos governamentais da União – ANA, MCidades, MI, FUNASA, MEC, MC, ampliando as atividades formativas do NOSF através de EAD;
- Constituir parceria formal com o CBHSF;
- Constituir parceria do NOSF com outras redes sociais de interesse, como a Rede Brasileira de Capacitação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Cap Net Brasil;
- Editar publicação inédita (livro) sobre o estudo de caso do Projeto NOSF;
- Vincular produtos do NOSF a outros projetos do MMA como o Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Re-lançar atividades do NOSF com nova roupagem através de editais para a BSF.

### **3.4.2. Estratégia Nacional de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (e seus entornos) - ENCEA**

Ficou pronta, em junho de 2009, a versão preliminar da ENCEA, elaborada com a contribuição de diversos atores entre 2006 e 2009 e sistematizada por um Grupo de Trabalho composto por representantes dos Ministérios de Meio Ambiente e Educação, do Ibama e ICMBio. O documento apresenta sugestões do GT para dar continuidade ao processo de elaboração participativa da ENCEA e para sua posterior implementação nas Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais no Brasil. Como anexo, está disponível um diagnóstico inicial das ações de Comunicação e Educação Ambiental nas UCs brasileiras, também elaborado e sistematizado pelo GT.

A partir do documento então existente e formatado para subsidiar o próximo passo no desenvolvimento da estratégia, foram realizadas reuniões de retomada de interlocução e construção conjunta da proposta com o ICMBio (DIUSP) e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (DAP).

Contando com cerca de R\$100mil (de uma emenda parlamentar liberada para uso direto e recursos orçamentários do DEA), foi construído um calendário de encontros das 11 Coordenações Regionais do ICMBio - CRs, nos quais haveria um dia dedicado à discussão da ENCEA e outro aos assuntos específicos das CRs. São 11 CRs no Brasil, cobrindo todos os biomas; o primeiro encontro aconteceu em Manaus, entre os dias 12 e 13 de novembro, tendo corrido conforme o planejamento e reunido as unidades da região amazônica abrangidas pela Coordenação Regional 2 do ICMBio.

O documento e a proposta de construção da estratégia foram, também, apresentados em Belém, no IV Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – SAPIS (22 a 25 de novembro).

Outros encontros das CRs ocorrerem durante o primeiro semestre de 2010, entretanto, foi decidido conjuntamente entre o ICMBio (agora contando um coordenador de Educação Ambiental) e o DEA, que a melhor estratégia seria realizar um grande encontro com representantes das CRs e de unidades de conservação, no segundo semestre, para finalizar objetivamente o documento e publicizá-lo ainda em 2010. Com o apoio de um consultor contratado pelo DEA, o encontro na Academia do ICMBio, em Iperó-SP, revisou, atualizou e aprimorou o documento-base, produzindo uma nova versão, que está disponível nos sites do DEA e do ICMBio e que deverá ser avaliada à luz das experiências que acontecerão nas UCs a partir de 2011.

Foi articulada com a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA e introdução na sua pauta para o início de 2011 uma proposta de Recomendação para que a ENCEA passe a ser referência para quaisquer categorias de UCs.

### **3.4.3. Circuito Tela Verde**

O Circuito Tela Verde é uma mostra nacional de produções audiovisuais sobre a temática socioambiental que foi lançada, em parceria com o Ministério da Cultura, em abril de 2009, em comemoração aos 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Produzidos a partir dos princípios da educomunicação, os 30 curtas metragens que compuseram a mostra ofereceram um mosaico de opiniões, visões de mundo e modos de vida dos membros de diferentes comunidades sobre o ambiente, os problemas e os conflitos socioambientais por eles vividos.

Esta foi a primeira versão de um circuito de exibição de filmes ambientais que o DEA pretende exibir anualmente, a fim de revelar a diversidade de possibilidades e de olhares sobre a questão socioambiental.



*Lançamento do I Circuito Tela Verde*

Os vídeos foram exibidos entre os meses de abril e junho de 2009, em 250 espaços educadores em todo país. Salas verdes, Coletivos Educadores, Pontos de Cultura, Universidades, Sindicatos, Secretarias de Meio Ambiente, Parques, Museus, Cineclubes e Centros Comunitários são exemplos de espaços que fizeram mostras locais do circuito tela verde. A partir de junho de 2010, deverá ter início a segunda versão do circuito, provavelmente ampliando o número de espaços de exibição.

Foi criado um blog para contato e avaliação das mostras: <http://circuitotelaverde.blogspot.com/>.



Em 2010, na segunda edição do CTV, foram selecionados 51 vídeos e exibidos, a partir de maio, em mais de 1.000 espaços em todo o país, revelando grande vigor da sociedade para participar nesse tipo de iniciativa e um acervo de qualidade para subsidiar ações de educação ambiental. Os relatórios de exibição ainda estão chegando ao DEA, onde são sistematizados para gerar estatísticas e análises que ratifiquem sua relevância e colaborem para a melhoria contínua do processo.

#### **3.4.4. Edital de Curtas de Animação**

Lançado junto com o Circuito Tela Verde, em parceria com o Ministério da Cultura, o Edital de Curtas de Animação é um concurso nacional de estímulo à produção de filmes de curta-metragem de um minuto, do gênero de animação, sobre o tema mudanças climáticas. O objetivo do edital é estimular a produção criativa de campanhas para televisão, que despertem na sociedade uma visão mais crítica sobre o enfrentamento das problemas socioambientais.

Dez produções foram selecionadas em 2009 (entre 167 projetos inscritos, sendo 4 – RJ, 3 – SP, 1 – MG, 1 – PR e 1 – CE) e cada uma recebeu, no início de 2010, o prêmio de R\$ 20.000,00. As produções foram finalizadas em abril de 2010, para o início imediato das exibições nos espaços parceiros do Circuito Tela verde (TVs públicas – conforme parceria firmada entre MMA, MINC e Associação Brasileira de Emissoras públicas, Educativas e Culturais) e outros.



*Premiação do I CTV e lançamento do II CTV*

Em novembro de 2010, foram premiados em cerimônia no Jardim Botânico do Rio de Janeiro os 10 ganhadores e exibidas suas produções. Ao mesmo tempo, foi lançado o segundo edital para a seleção de 10 novos vídeos de animação, agora com o tema Biodiversidade e Consumo Consciente, que deverá ocorrer em janeiro de 2011.

### **3.4.5. Formação de educadores socioambientais e fortalecimento de redes atuantes no Distrito federal e entono - "Cerrado em Pauta"**

Para a execução dessa atividade (de julho a dezembro de 2010) foi contratada a Fundação Universidade de Brasília. Foram levantadas as redes e coletivos/grupos mais atuantes em 4 cidades do GDF (Ceilândia, Gama, Planaltina e Braslândia) e envolvidos 207 participantes (a maioria jovens de 12 a 18 anos) que atenderam a diversas oficinas realizadas nas cidades, através de oficinairos e movimentos já existentes, de acordo com as especificidades e demandas de cada local.

Dessa forma, houve oficinas de teatro, hip-hop, grafite, jornal, *spots* de rádio, rádio-novela, vídeo, história em quadrinhos, escalada, ferramentas da Internet, desenho, capoeira e pensamento em ação, totalizando 19 que já foram ofertadas e 1 que o será em fevereiro.

Ao final do processo, as oficinas produziram 2 jornais impressos e 2 murais, 4 *spots* de rádio, 1 rádio-novela, 1 vídeo-foto, 2 vídeos curtas, 1 rap, 1 fanzine experimental, 1 animação *stop-motion*, 1 roteiro de teatro, 2 intervenções

urbanas (grafites em muros), 1 revista em quadrinhos, 1 *blog* sobre arte e reciclagem, 1 coreografia de *break* com elementos de teatro e vários objetos com sucata reciclada.

Junto com a equipe técnica, foram produzidos também: 4 programas de rádio, 1 página no Facebook, 1 endereço Twitter para notícias, 1 endereço Youtube para divulgar os produtos e ações, 1 endereço Ustream para transmissões ao vivo das atividades e 1 *blog* para divulgação e interação com o público.

Foi realizado, de forma participativa com os grupos das 4 cidades, o I Fórum de Educomunicação Socioambiental do DF, com apresentação dos trabalhos e avaliação coletiva dos impactos do projeto Cerrado em Pauta.

Por iniciativa dos participantes, foi decidido que vão buscar apoios para continuar o projeto nas 4 cidades beneficiadas e incluir mais 4 cidades "irmãs" em 2011. A equipe da FURB vai ajudá-los nessa empreitada e o DEA verá como poderá fazer o mesmo, como integrar os *blogs* criados com outros existentes, relacionados com educomunicação (Salas Verdes, Coletivos Educadores e externos, como o da ECA/USP e outros).

### **3.4.6. Publicações**

Foram publicados os volumes 5, 6, 7, 8 (Caderno Especial com a temática Água) e 9 do periódico eletrônico "Coleciona: fichário do educador ambiental" e enviados para 11mil endereços eletrônicos e cerca de 900 e-mails foram, especificamente, para educadores ambientais que atuam na gestão de recursos hídricos e em comitês de Bacias.

Da Série "Desafios da Educação Ambiental", a publicação "Os Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil" teve impressos mil exemplares e foi disponibilizada, também, em versão digital na página eletrônica do Ministério. Trata-se do estado da arte da Educação Ambiental durante o período de 1997 a 2007.

Foi produzido, também, em parceria com a Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência, 1000 exemplares do II kit de publicações "Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis: Uma Coletânea para Pensar e Agir" que tem o selo de reconhecimento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) da ONU - Organização das Nações Unidas. O kit, que tem edição limitada, contém 3 títulos (Os Diferentes Matizes da EA no Brasil, PRONEA/PNEA/Decreto 4281 e Encontros e Caminhos vol. 2).

Em 2010, foram produzidos os volumes 10, 11 e 12 do Coleciona – Fichário do Educador Ambiental (com foco na Agenda 21) e uma nova edição de “Os diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil”.

### **3.4.7. Site DEA e Blogs**

A página do DEA/SAIC/MMA e diversos *blogs* são mantidos atualizados pela equipe do DEA e podem ser visitados nos endereços abaixo. Em 2011, deverá ser discutida a pertinência de se manter a manutenção desses blogs/espços de comunicação pelo DEA, considerando-se a possibilidade de que algumas entidades e/ou redes os assumam, fortalecendo-as e reduzindo o esforço de coordenação e atualização concentrado no DEA.

- **Página**  
[www.mma.gov.br/ea](http://www.mma.gov.br/ea)
- **Circuito Tela Verde**  
[circuitotelaverde.blogspot.com](http://circuitotelaverde.blogspot.com)
- **Nas Ondas do São Francisco**  
[nasondasdosaofrancisco.blogspot.com](http://nasondasdosaofrancisco.blogspot.com)
- **Salas Verdes**  
[salasverdes.blogspot.com](http://salasverdes.blogspot.com)
- **Coletivos Educadores**  
[coletivoseducadores.blogspot.com](http://coletivoseducadores.blogspot.com)
- **ENCEA**  
[encea.blogspot.com](http://encea.blogspot.com)
- **EA nos Países Lusófonos**  
[ealusofono.blogspot.com](http://ealusofono.blogspot.com)
- **Coleciona**  
[colecciona-ea.blogspot.com](http://colecciona-ea.blogspot.com)
- **Mudanças Climáticas**  
[mudaclima.blogspot.com](http://mudaclima.blogspot.com)

## **4. Participação em Grupos de Trabalho e Eventos (sob a coordenação do DEA e de terceiros)**

## **4.1. Participação em Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho**

### **4.1.1. CTEM – Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos**

Destaque para a [Resolução 98](#) da CTEM (de 16/03/2009), que "estabelece os princípios e as diretrizes para a educação, capacitação, mobilização social e informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos".

### **4.1.2. CETEA, CTAJ/CONAMA**

Destaque para a aprovação da Resolução sobre Diretrizes para a Educação Ambiental Formal e Não-formal, ocorrida na reunião do CONAMA de 26/11/2009 (ainda não publicada em DO, em apreciação na Consultoria Jurídica do MMA). Em 2010, deu entrada na pauta da CTEA a minuta para uma Resolução sobre a ENCEA.

No início de 2011, deverá entrar na pauta da Câmara Técnica de Educação Ambiental a proposta, já apresentada à sua coordenação, de uma Recomendação para que a ENCEA seja referência para ações e projetos de EA em quaisquer unidades de conservação.

### **4.1.3. GT de Agroecologia**

O Grupo de Trabalho de Agroecologia tem a finalidade de formular, aprimorar e desenvolver estratégias e mecanismos de incorporação da agroecologia nas políticas públicas ambientais e de fortalecimento e integração dos programas, projetos e ações, com interface com a agroecologia, no âmbito das Secretarias do Ministério do Meio Ambiente e órgãos vinculados.

Participam oficialmente do GT: Departamento de Educação Ambiental, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; Departamento de Extrativismo, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; Departamento de Conservação da Biodiversidade, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Departamento de Florestas, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Departamento de Recursos Hídricos, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano; Departamento de Mudanças Climáticas, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental; Fundo Nacional do Meio Ambiente, da Secretaria-Executiva; Serviço Florestal Brasileiro - SFB; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

Merece destaque o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - Mais Ambiente, iniciado em 2010, que envolve todos os participantes desse GT e algumas importantes instituições relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, como o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a EMBRAPA e representantes do setor empresarial agrosilvopastoril e da agricultura familiar e assentamentos.

#### **4.1.4. GT de Educação Ambiental e Licenciamento**

O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental e Licenciamento foi criado por meio da portaria Ministerial nº 111, de 01 de abril de 2009, para: i) orientar e regular a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações de educação ambiental que integram as condicionantes das licenças ambientais emitidas pela Diretoria de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, de acordo com a Lei no 9795/99; ii) Propor estratégias e ações para a implementação e consolidação das diretrizes e procedimentos propostos na Instrução Normativa.

Participam oficialmente do GT: (i) - dois representantes do Departamento de Educação Ambiental- DEA da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente; (ii) - dois representantes de cada coordenação geral da Diretoria de Licenciamento do IBAMA, sendo: a) da Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica- CGENE; b) Coordenação Geral de Transporte, Mineração e Obras Civas-CGTMO; e c) Coordenação Geral de Petróleo e Gás-CGPEG; e (iii) - um representante da DIUSP/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

Com um prazo de 90 dias para execução dos seus trabalhos, o GT encerrou suas atividades com a elaboração de uma minuta de Instrução Normativa que estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigatórias ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA. No momento, essa IN encontra-se no IBAMA/DLIC para suas contribuições e deve retornar a CONJUR/MMA para finalização e promulgação.

#### **4.1.5. GT de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento**

Por meio da Portaria do Ministério das Cidades, nº 218, de 9 de maio de 2006, foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – GT EAMSS, coordenado pelo Ministério

das Cidades, com o objetivo de I - articular instituições do Governo Federal que atuam nas áreas de saneamento e de educação ambiental; II - formular o Programa Nacional de Educação Ambiental para o Saneamento com diretrizes e orientações de educação ambiental e mobilização social para os programas e as ações de saneamento ambiental conduzidos pelo Governo Federal; III - elaborar um Projeto de Educação e Mobilização Social para o Saneamento; e IV - fomentar e acompanhar ações e iniciativas de educação ambiental e mobilização social para o setor de saneamento.

O GT EAMSS, em seus 4 anos de atuação, elaborou de forma participativa o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - PEAMSS; editou diversos manuais de financiamento do ministério das Cidades inserindo as diretrizes preconizadas pelo PEAMSS; realizou oficinas de capacitação; e produziu um Kit de materiais de apoio à implementação do programa. Atualmente está em tramitação uma portaria interministerial para a institucionalização do programa e continuidade das atividades do GT.

Participam oficialmente do GT: Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente (DEA/SAIC/MMA e DRB/SRHU/MMA); Ministério da Educação; Ministério da Integração; Ministério da Saúde e Caixa Econômica Federal.

## **5. Fortalecimento da Educação Ambiental nas Relações Internacionais**

### **5.1. EA na Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**

O Projeto de “Educação Ambiental na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” propõe a cooperação entre os países de língua portuguesa para o fortalecimento da educação ambiental, da qual Angola e Brasil assumiram o papel de coordenadores do eixo, uma das áreas temáticas priorizadas pelos oito países, em matéria de ambiente.

Nele se propõe a constituição de dois Centros de Informação e Referência em Educação Ambiental - Salas Verdes – em cada país, e a realização de um Seminário CPLP de Educação Ambiental, que reunirá representantes governamentais e da sociedade civil, fornecendo diretrizes para a elaboração de um Programa de Educação Ambiental na CPLP e para a realização de uma Campanha de enfrentamento das Mudanças Climáticas por parte de uma comunidade lingüística, inspiradora de outros grupos de países nesta era dos limites.

O Projeto de EA na CPLP teve, no ano de 2009, resultados positivos, apesar da crise mundial condicionar o exercício das relações internacionais setoriais. Houve vários momentos de articulação, não apenas visando o fortalecimento do Projeto no Brasil, como também incrementando as parcerias institucionais que podem facilitar a sua implementação e visibilidade nos países, pela execução conjunta e capilarizada de várias de suas atividades.

Entre estes se incluem, por ordem cronológica:

- São Tomé e Príncipe, o primeiro país onde aconteceram as formações em educação ambiental no âmbito deste Projeto, foi o representante das 'Agendas 21' dos países africanos no Fórum Social Mundial, Belém, Pará, em 29 de Janeiro, quando enviou o ponto focal da EA no país (Diretor-geral do Ambiente) em representação;

- A fim de aproximar a sociedade civil e as tecnologias sociais construídas conjuntamente com o governo, aconteceram reuniões na Secretaria de Inclusão Social (SECIS, do MCT) em 09 de Fevereiro e 22 de Junho, propondo-se um rascunho de uma portaria interministerial entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente;

- Pensando em juntar Pontos de Cultura e Salas Verdes, ampliando a abrangência sociopolítica de ambos os projetos, aconteceram reuniões em 18 de Janeiro, 04 e 11 de Março, para se propor um rascunho de um acordo de cooperação técnica (ACT) entre a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, do Ministério da Cultura (SPPC/ MinC), e o Ministério do Ambiente;

- Para se clarificar o enquadramento do Projeto na política de relações internacionais do Brasil, conforme coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), aconteceram reuniões na ABC – Divisão da África II, em 09 de Março, 07 de Abril e 30 de Julho, pelos inevitáveis desdobramentos bilaterais que surgem a partir do Projeto multilateral;

- Pensando no estabelecimento de uma parceria facilitadora das atividades do Projeto em Timor-Leste, aconteceu uma reunião em 09 de Abril, com representante da organização não governamental *Peace Child International*;

Quanto à formação técnica (objeto do Projeto), houve duas formações, em Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe. Em Guiné-Bissau os formandos totalizaram 34, com 13 instituições governamentais e não governamentais, durante 3 dias. Em São Tomé e Príncipe, também em 3 dias, 23 pessoas participaram na formação, fase II da formação, de 13 diferentes instituições.



*Guiné Bissau*

O que foi de mais destaque no ano corrente foi a assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado Executivo da CPLP, que teve um interregno de 24 meses desde a sua aprovação pelos Pontos Focais de Cooperação da CPLP.

Tendo em conta esse fato, é prioritário que: (i) se efetue uma leitura crítica das prioridades, objetivos e cronograma de execução do projeto, adequando-o à realidade atual e (ii) se redija um adendo ao projeto que reequacione as prioridades do mesmo, atividade que se enquadra no espírito da nova Visão Estratégica de Cooperação da CPLP, que objetiva encontrar elos de coerência e lógica entre a implementação esperada do projeto “Educação Ambiental – Salas Verdes” e outros projetos da CPLP que buscam fins complementares, como o projeto da Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente e a ação de parceria com a FAO (PCT CPLP FAO no quadro da gestão sustentável das terras e combate à desertificação).



*São Tomé e Príncipe*

Em fevereiro de 2010, houve uma reunião com o Diretor de Cooperação do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Portugal, para discutir os encaminhamentos do projeto, dentro do planejamento estratégico da CPLP. O Diretor do DEA apresentou uma análise crítica do projeto de EA nos países de língua portuguesa, considerando

aspectos como a efetividade das ações (que objetivam transformar a realidade em situações-problemas naquele países), o comprometimento insuficiente das instituições públicas e dos indicados para participar das formações e para a gestão das Salas Verdes que lá seriam implantadas. Sugeriu que a intervenção fosse ampliada em seu escopo, incluindo outras áreas além de literatura (religião, política, artes em geral, organização social, geração de renda etc), que fossem contratados monitores locais para acompanhar de perto o processo e que o prazo fosse estendido por mais dois anos.

Houve boa receptividade à análise realizada e às propostas de aprimoramento do projeto e foi recomendado o envolvimento da ABC/MRE do Brasil para avançar nessa direção. Entretanto, as dificuldades identificadas na interlocução com a ABC (diversas comissões a submeter a proposta, além da restrição financeira já existente), não permitiram que o processo viesse a andar com a velocidade desejada e, pelo menos por enquanto, o projeto manteve o mesmo formato.

As limitações de quadros no DEA recomendou que fossem priorizados alguns resultados previstos, como a criação de Salas Verdes no Brasil (no âmbito do projeto CPLP) e a elaboração de uma proposta de campanha (considerando Educação Ambiental no cenário de Mudanças Climáticas), a ser utilizada pelos países membros. A proposta de campanha foi concluída, mas as negociações para Salas Verdes em parceria com a UNILAB (Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, no Estado do Ceará) não evoluíram (a UNILAB foi criada em agosto de 2010).

## **5.2. PLACEA – Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental**

O Brasil, além de signatário do PLACEA (junto com outros 19 países da região e o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), foi escolhido para ser seu Coordenador Regional, entre o período de 2008-2010.

A proposta brasileira foi acatada durante a XVI Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, realizada em Santo Domingo, na República Dominicana, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro de 2008, o que implica em responsabilidades e atividades que demandam o envolvimento relativamente intenso de, pelo menos, uma pessoa bem qualificada da equipe (exemplo: interlocução e produção de documentos em espanhol e animação de uma rede complexa).

Durante a realização do VI Fórum Ibero-Americano de Educação Ambiental, em outubro, na Argentina, ocorreu uma reunião com todos os pontos focais do PLACEA nos 20 países componentes. Os representantes do Brasil (Claudison e Renata, do DEA) enfrentaram o desafio de conduzir a coordenação da reunião (afinal, havia uma certa desmobilização entre os pontos focais, em cenário de mudanças institucionais em diversos países membros, que comprometeram o

andamento mais satisfatório das ações relacionadas ao PLACEA), mas a todos conquistaram com a apresentação das condições em que o processo se desenvolveu no último ano no âmbito da coordenação regional (com algumas mudanças na direção do DEA e dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de suas atribuições) e com a proposição de encaminhamentos objetivos.

Foram aprovadas pelo grupo, naquela reunião, e encaminhadas duas sugestões brasileiras:

- montagem de planilhas individuais e consolidação de todos os países, com suas produções de conhecimentos, materiais didáticos e outros recursos para a Educação Ambiental – Essa ação não foi realizada pelos países membros, apesar de ter sido distribuída, conforme acordado, uma sugestão de planilha para esses inventários nacionais.
- elaboração, pelo Brasil, de uma proposta de projeto de Educação Ambiental no cenário de mudanças socioambientais relacionadas ao aquecimento global, a ser adotada por todos os países do PLACEA durante 2010 e, se possível, culminando com uma grande manifestação no Dia Mundial do Meio Ambiente – A proposta foi elaborada pelo DEA a deverá ser enviada aos membros do PLACEA no início de 2011.

Ficou acordado, ainda, que os pontos focais dos 20 países iriam contatar seus ministros (ou cargos similares) para que considerassem estas propostas conjuntas e enfatizassem a importância da Educação Ambiental no Foro de Ministros de Meio Ambiente, que se realizaria em abril de 2010, fortalecendo a Educação Ambiental de modo geral e o PLACEA, em especial – Essa movimentação não ocorreu de forma organizada, não havendo relatos de sua realização pelos países membros.

A Coordenação Regional do PLACEA passou para a Argentina em 2010.

O PNUMA, há anos, tem importante papel no apoio às ações do PLACEA, tendo alocado uma pessoa para a animação da rede e manutenção da página que contém diversificados materiais para consulta dos participantes no programa.

### **5.3. Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata**

Foi formalizado, em novembro de 2006, um Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Financeira, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, Itaipu Binacional e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu, tendo como principais objetivos:

- i) dar suporte à construção coletiva de conhecimentos, ações e organização na Bacia, identificando e estabelecendo mecanismos de articulação, cooperação e sinergia de diferentes atores sociais;
- ii) tornar o Centro de Saberes um espaço promotor de encontros, diálogos, pesquisas e estudos, capaz de gerar informação e formação socioambiental nas modalidades presencial, a distância e difusa;
- iii) incentivar e facilitar o intercâmbio de saberes, experiências e práticas de uso e manejo sustentável da água e dos demais recursos, constituindo-se como apoio à construção de uma rede de educação ambiental na Bacia do Prata.

Em 2009, durante o VI Fórum Ibero Americano de Educação Ambiental, a coordenação do DEA reuniu-se com o Conselho Diretor do Centro de Saberes, acompanhando a avaliação do andamento do projeto e seus próximos passos. Também em 2009, os integrantes dos Círculos de Aprendizagem Permanente I e II (CAP I e II) do Brasil dedicaram-se a realizar reuniões preparatórias com o objetivo de estabelecer o desenho do processo formativo e mobilizar parcerias. Neste sentido, foi realizado de 29 de setembro a 01 de outubro, em Campinas/SP, o Encontro Formativo do Círculo de Aprendizagem Permanente III (CAP3), obtendo os seguintes resultados:

- a) mapeamento de cerca de 50 educadores ambientais que atuam como representantes da CAP 3 pelo Centro de Saberes e Cuidados socioambientais da Bacia do Prata;
- b) identificação das ações de educação ambiental que estão sendo realizadas na Bacia do Prata ;
- c) definição de prioridades temáticas e geográficas;
- d) proposição de diretrizes e atividades para o planejamento das atividades formativas do CAP 3 em 2010.

Para 2010, os CAP II e CAP III brasileiros comprometeram-se a desenhar a formação dos CAP IV e preparar orçamento e cronograma, considerando um processo formativo simultâneo dos diversos círculos de aprendizagem, inclusive nos outros países membros. Durante o ano, foram realizados novos encontros com os países membros, com a presença do DEA, mas nossa posição para a próxima gestão é que seja avaliada a pertinência de continuarmos envolvidos com esse projeto, pois os resultados concretos obtidos durante toda sua existência são bastante limitados, não havendo ações conjuntas efetivas.

## **6. Informação e documentação**

### **6.1. Centro de Informações e Documentação – CID Ambiental**

O CID é uma unidade vinculada à SAIC e que passará, a partir de janeiro de 2010, para a coordenação do DEA. É responsável pela memória institucional do

MMA, repositório do acervo especializado na área de competência da instituição e pela disseminação, divulgação e democratização da informação socioambiental para a sociedade brasileira.

Possui atualmente um acervo de cerca de 10mil títulos, distribuídos por: a) memória institucional – políticas, planos, programas, projetos e documentos técnicos; b) publicações com ênfase em meio ambiente – livros, folhetos, teses, dissertações, monografias, periódicos; c) multimeios – fitas VHS, CDs, DVDs; d) obras de referência – dicionários, guias, mapas e glossários.

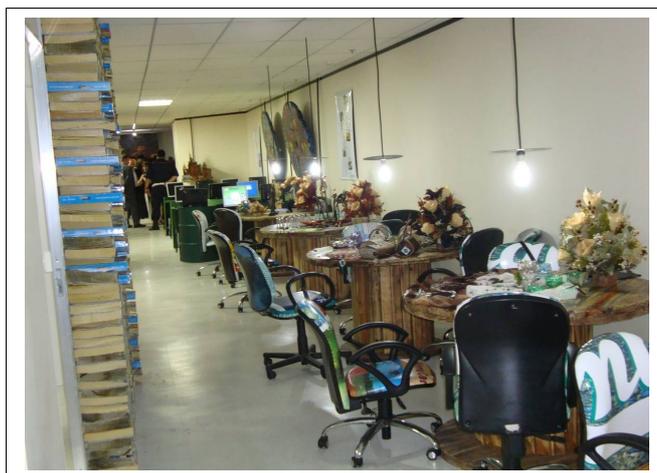
Em 2009, para evitar que o acervo continuasse exposto a condições não muito favoráveis, a SAIC obteve recursos de parcerias externas e reformou completamente o espaço do CID Ambiental no edifício Marie Prendi Cruz, em Brasília, onde está localizado um dos três núcleos do CID. O projeto incluiu o máximo de utilização de materiais reaproveitados, do piso feito de cartões de crédito, aos catálogos telefônicos que compuseram as estantes. Um bom laboratório de informática faz parte da estrutura.



*Inauguração do Cid Ambiental*

Estava previsto o remanejamento de uma especialista da área de biblioteconomia e gestão de informação (o que não ocorreu) e que, juntamente com a equipe já existente e o Diretor do DEA (Mestre em Ciência da Informação), iriam formular um projeto estratégico para o novo CID, de forma que se transforme, além de suas funções tradicionais, em uma central efetiva de apoio a projetos do MMA e *hub* da rede informatizada que engloba projetos em andamento, parceiros, telecentros etc. Esse projeto para o CID não foi elaborado e o Centro apenas continuou a atender suas demandas usuais.

Outra atividade do CID, que facilitará sobremaneira o relacionamento do DEA com seus muitos parceiros externos e internos, será a utilização de recursos tecnológicos de comunicação, como vídeo-reuniões e conferências, minimizando o dispêndio de recursos em viagens e potencializando os contatos.



*Cid Ambiental*

Não há recursos previstos no PPA para essa ação (exceto para a equipe); mas, com o apoio da SAIC, parcerias privadas e governamentais poderão ser negociadas para viabilizar o desenvolvimento pretendido para o CID. Entretanto, as funções já disponíveis de pesquisa, atendimento aos usuários, guarda e preservação do acervo e outras, poderão ser demandadas sem problemas de continuidade.

## **6.2. SIBEA – Sistema Brasileiro de Informações em Educação Ambiental**

A versão atual do SIBEA foi criada em 2004, com grande expectativa quanto ao sucesso dessa ferramenta, que ainda não atende plenamente às demandas por informações qualificadas, consolidadas, categorizadas sobre educadores ambientais, projetos e ações de educação ambiental (realizados pelos diversos atores sociais, nos diferentes biomas, com especificidades regionais e locais, nas bacias hidrográficas e em outros recortes, utilizando diferentes metodologias, produzindo materiais didáticos, indicadores e avaliações), além de poder disponibilizar acervos e integrar as diversas possibilidades tecnológicas, como alimentação recíproca e compartilhamento de bases de dados e serviços.

Construído com software livre, podendo ser amplamente utilizado, o SIBEA, mesmo com algumas limitações técnicas, atualmente tem condições para executar funções básicas para a Educação Ambiental brasileira, como cadastrar os educadores e instituições ambientais, armazenar dados sobre projetos e ações realizadas nas diversas regiões (embora ainda classificáveis pelas pessoas que efetuaram os cadastramentos).

Para alcançar suas potencialidades, será necessário realizar uma campanha extensiva, que alcance toda a capilaridade constituída pelos sistemas escolares, acadêmico e técnico-científico, as redes de Educação Ambiental (cerca de 44), as CIEAs (Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental), as secretarias estaduais e municipais de meio ambiente e de

educação, os comitês de bacias hidrográficas, as redes temáticas de organizações não-governamentais, os diversificados núcleos de aprendizagem-reflexão-ação (como Coletivos Educadores, Salas Verdes, Agendas 21, grupos empresariais e outros) e as instituições governamentais (diversos Ministérios, além do de Meio Ambiente, desenvolvem ações relacionadas a educação e meio ambiente).

Um amplo movimento, como o que poderá ser mobilizado, permitirá a obtenção de um rico conjunto de informações sobre a Educação Ambiental realizada no Brasil, passível de ser estudado sobre diferentes e complementares pontos-de-vista, desde os níveis local, regional e nacional, por biomas ou regiões, segundo recortes que revelem potencialidades, carências, disponibilidade de recursos humanos e suas qualificações, entre tantas outras análises para o entendimento das realidades existentes e o encaminhamento de políticas públicas, agendas de instituições privadas, com e sem fins lucrativos, e outras iniciativas.

Em 2009, foi dada continuidade ao cadastramento de educadores ambientais (como os 875 educadores contatados no I Seminário de Educação Ambiental no âmbito dos Comitês de Bacias). Os números atuais do sistema são:

- Educadores cadastrados: 5.860
- Instituições cadastradas: 792
- Buscas realizadas: 43.194
- Currículos migrados da Plataforma Lattes: 16.232

Foi iniciada uma aproximação entre o DEA e o Órgão Gestor da Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, composto pelas Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Educação, interessado em adotar o SIBEA como a ferramenta para gestão das informações sobre a Educação Ambiental. Propuseram, inclusive, assumir os custos associados às melhoras no sistema (o que vai requerer a contratação de especialistas e meses de trabalho). Essa negociação foi interrompida em meados de 2010, provavelmente por restrições orçamentárias do proponente.

É do interesse do DEA concretizar parcerias como essa, pois nos permitirá preparar o sistema para atender a demandas já identificadas, como o cadastramento das ações desenvolvidas no âmbito do PLACEA (América Latina e Caribe), do PANACEA (Amazônia), do Centro de Saberes (Bacia do Prata) e dos países de língua portuguesa (CPLP).

Poderão vir a ser incorporadas bases de dados existentes no ICMBio, no IBAMA, nas secretarias do MMA, no MDA e em outros ministérios, com informações relacionadas às questões ambientais em geral e à Educação Ambiental em especial.

É necessário rever integralmente o SIBEA em sua configuração atual, pois ele tem restrições ao atendimento de demandas associadas a um sistema como o

previsto, que faça mais que cadastrar educadores e permita cadastrar ações/projetos, além de pesquisar por palavras-chaves e outras facilidades. A análise de custo-benefício poderá sinalizar ser mais oportuno utilizar outro sistema, não necessariamente desenvolvido para esse fim, mas a partir de plataformas livres disponíveis na Internet.

Não há previsão de recursos financeiros para a atualização do sistema e para a campanha de mobilização para o cadastramento no orçamento da SAIC e do MMA (o novo orçamento deverá ser elaborado em fevereiro/março); outra possível fonte de recursos é o novo PPA (em construção, previsto para o primeiro semestre de 2011).

## **7. Outras ações**

### **7.1. Conferências Nacional e Internacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente**

Entre os dias 03 e 08 de abril de 2009 foi realizada a III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em Brasília, Brasil. Nessa ocasião foi realizado um evento paralelo - o Encontro de Observadores Internacionais - para o qual estiveram presente membros do Conselho Internacional, representantes de governo, organismos multilaterais e sociedade civil de vários países. Este Encontro propiciou uma vivência da metodologia empregada na Conferência Nacional, bem como a discussão sobre os materiais de apoio e sobre os custos e cronograma de atividades, de acordo com as especificidades dos países

Durante o ano de 2009, foram realizados diversos encontros, oficinas e reuniões com o objetivo de promover, em cada país que irá participar da Conferência Internacional, a:

- i) Criação de uma Comissão Organizadora Nacional;
- ii) Organização de Oficinas de Conferência voltadas a gestores e professores, como a fase preparatória das Conferências nas Escolas;
- iii) Conferências nas Escolas para escolha dos delegados, com idades entre 12 e 14 anos, para participarem das Conferências Nacionais;
- iv) Realização da Conferência Nacional, com elaboração de uma Carta das Responsabilidades e eleição da delegação que irá participar da Conferência Internacional - Brasil 2010. Foram criados grupos com o objetivo de viabilizar as Conferências nas Escolas e Nacionais, bem como Oficinas de Formação de Facilitadores.

O governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Educação e do Ministério do Meio Ambiente, realizará a Conferência Internacional Infanto-Juvenil - Vamos Cuidar do Planeta, entre os dias 5 a 10 de junho de 2010, em Brasília,

como desdobramento das Conferências Nacionais ocorridas anteriormente em diversos países.

Entre os dias 30 de outubro a 03 de novembro ocorreu em Brasília a reunião de observadores internacionais para definição da metodologia da Conferência Internacional. O evento contou com a presença de 30 participantes, entre representantes do governo brasileiro, de governos estrangeiros, sociedade civil e agências da ONU. Durante o encontro foram sugeridas ainda atividades de lazer a realizar com as crianças, como uma festa junina e uma festa das nações, e um dia de passeios – onde grupos serão levados para conhecer lugares como o Parque Nacional de Brasília e o Jardim Botânico.

A Conferência é um processo interativo fundamentado na participação democrática que convida crianças, jovens, professores e comunidades do mundo a pensarem e debaterem as questões sócio-ambientais planetárias, e a se responsabilizarem e comprometerem com seu enfrentamento.

A Conferência Internacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente ocorreu em junho de 2010, no Distrito Federal. Foram oferecidas aos jovens participantes dos 50 países de origem, oficinas de educomunicação, com a produção de vídeos, textos e reportagens com base na Carta das Responsabilidades – principal documento da conferência e redigido por consenso entre as crianças. Para a elaboração da carta, as crianças foram divididas em grupos por continente e por idioma. Será criado um livro com todas as Cartas Nacionais, traduzido em quatro idiomas e distribuído para todos os delegados.

## **7.2. Projetos de Cooperação Técnica (agências internacionais)**

### **7.2.1. UNESCO – 10 anos do Projeto de Cooperação Técnica na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental**

O Projeto de Cooperação Técnica 914BRA2047 com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO teve por objetivo a implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental no país.

De 1999 a 2009, foram executados cerca de R\$17 milhões no âmbito dessa cooperação técnica (recursos de diversas fontes), contemplando a execução de parte dos recursos financeiros do DEA no apoio a programas e projetos de Educação Ambiental como: Projeto Protetores da Vida, o Enraizamento da Educação Ambiental, Coletivos Educadores, Salas Verdes, SIBEA, publicação de materiais e contratação de consultorias.

Como o prazo do PCT estava previsto para encerrar em dezembro de 2009, foi negociado um aditivo de 6 meses (até junho de 2010), já aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação e UNESCO.

Após a prorrogação de prazo, foram liberados os Termos de Referência para o edital que selecionou a empresa para a tarefa de avaliação de todo o seu período de vigência (10 anos, o mesmo que a PNEA) e com previsão para finalização em janeiro de 2011 (o que requereu prorrogação complementar do prazo do PCT).

A avaliação decorrente desse esforço fornecerá dados e informações referentes às realizações e lições aprendidas durante seu período de execução. Com esses subsídios, o DEA/SAIC terá mais elementos para planejar desdobramentos de ações e projetos (como Coletivos Educadores, Salas Verdes e outros), assim como adequar seu planejamento e produzir recomendações apropriadas para a próxima gestão.

Outro produto muito importante dessa avaliação será a construção de uma metodologia para monitoramento e avaliação de ações e projetos de Educação Ambiental no Brasil (incluindo a definição de indicadores confiáveis). A ausência de uma ferramenta como essa prejudica a demonstração de efetividade e compromete a captação de recursos para a expansão e/ou continuidade dos trabalhos realizados; essa é uma antiga demanda de todos que atuam na área.

Enquanto se desenvolve a etapa de avaliação do PCT atual com a UNESCO, um novo PCT está sendo negociado, tendo como foco a Educação Ambiental no contexto das mudanças climáticas.

#### 7.2.2. **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA**

Foi assinado em 2009, pelo governo brasileiro e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/009/005, que tem como finalidade desenvolver ações e atividades que contribuam para a consolidação de estrutura organizacional no campo da educação ambiental, por meio do desenvolvimento de iniciativas que visem o desenvolvimento rural sustentável. O prazo de vigência do PCT é de julho de 2009 a junho de 2013.

No âmbito desse PCT, foi repassado um recurso inicial (cerca de R\$530 mil) e foram realizadas as atividades relativas ao Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, uma das ações prioritárias de 2010. O IICA contribui, também, com apoio técnico de especialistas de seus quadros, como aqueles envolvidos na elaboração de diversas publicações relativas a Educação no Campo, Territórios Rurais e outros títulos, produzidos a pedido do Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Foram repassados, também, em 2010, R\$2 milhões do MPOG para a conta do IICA, referentes a contratações de consultores e realização de eventos no

âmbito do Programa Telecentros.BR, no qual o MMA/DEA é proponente de 450 pontos de Telecentros e responsável pela produção de conteúdos para EAD.

### **7.3. Emendas Parlamentares**

Os recursos oriundos de emendas parlamentares (individuais e de bancada) podem se constituir aportes financeiros adicionais para a implementação de ações de Educação Ambiental no Brasil.

Entretanto, algumas dificuldades vem impedindo que tais recursos sejam convertidos em projetos efetivos, que contemplem públicos realmente necessitados desses benefícios e que estejam sintonizados com as diretrizes do ProNEA. Diversos projetos associados às emendas e encaminhados ao MMA não atendem a quesitos como coerência com a PNEA e o ProNEA e com as linhas de atuação e as políticas governamentais prioritárias; propostas apresentadas pelos executores das emendas contém insuficiente qualificação metodológica e conceitual, o que implica em sucessivas análises técnicas e novas versões das propostas; o SICONV (sistema de convênios do governo federal) é complexo e seu preenchimento, por vezes, problemático.

Em 2010, pretendíamos adotar uma estratégia diferente, com visitas regulares aos parlamentares, orientando-os sobre as linhas de atuação do DEA, modelos de elaboração de projetos e a utilização do SICONV, além de produzir um manual de apoio às entidades executoras das emendas (atendimentos presenciais também serão necessários). O manual foi elaborado, mas os contatos com parlamentares e beneficiados por suas emendas foram esporádicos. A maioria das propostas de emendas parlamentares de 2010 foram recusadas técnica e/ou financeiramente, ratificando a fragilidade das propostas e necessidade de qualificação dos proponentes.

A melhora nas propostas associadas a emendas parlamentares minimizará os trâmites sucessivos (que requerem atendimentos, emissão de pareceres técnicos e outras tarefas internas) e proverá mais qualidade nas proposições, dessa forma atingindo efetivamente os objetivos socioambientais desejados.

### **7.4. Atendimento a demandas (por informações e materiais)**

Cotidianamente, são realizados atendimentos ao público e respostas a diversos tipos de demandas, como solicitações de materiais didáticos e apoio a projetos de educação ambiental.

As principais questões referem-se a participação em eventos, disponibilidade de recursos para apoio a projetos e ações, bem como orientações para o relacionamento com o DEA e com os projetos em andamento, discussões técnicas e sugestões de encaminhamentos.

Em 2009 (para 2010 pode-se considerar a mesma média), os números foram:

- 240 atendimentos presenciais;
- 200 envios de materiais solicitados (considerando os envios feitos no DEA e os encaminhados ao CID-Ambiental)
- 2.810 e-mails das Salas Verdes (média de 7,7 por dia); 10.585 e-mails do Educambiental (média de 32 por dia); total: 13.395.

## **7.5. Emissão de Pareceres e Notas Técnicas**

Dezenas de pareceres e notas técnicas foram produzidos em 2009 e 2010. Essa é uma atividade que demanda muitas horas de trabalho dos poucos técnicos da equipe habilitados para emitir pareceres (que devem ser analistas ambientais).

No DEA, apenas 4 pessoas atendem aos requisitos para desempenhar essa atividade; uma está ocupando o cargo de Gerente e divide a coordenação do departamento com o diretor; outras duas são jovens que entraram no último concurso, com pouca experiência nesse tipo de trabalho (e que aprenderam muito em 2009) e outra é mais experiente. Todas estão envolvidas em diversas ações do DEA, à frente de algumas e apoiando outras; de qualquer forma, são poucas pessoas e muito atarefadas, para atender a uma demanda contínua por pareceres (de diferentes categorias e, por vezes, além das qualificações disponíveis no departamento).

Essa atividade é inerente às atribuições do DEA e, embora não disponhamos de analistas em quantidade suficiente, atendemos da melhor forma possível essas demandas cotidianas. Estamos solicitando à unidade encarregada de distribuir os processos pelas secretarias e departamentos, que busque tornar mais precisa a destinação dessas solicitações, reduzindo os assuntos que não sejam, de fato, da pertinência do DEA.

Em 2010, não conseguimos incorporar à equipe mais uma pessoa qualificada, de forma permanente, para a produção de pareceres técnicos, mas recorreremos a quadros do gabinete da SAIC para nos ajudar nessa atividade (como para a análise de propostas de 12 emendas parlamentares).

## **8. Anexos**

### **8.1. Instituições com as quais nos relacionamos em 2009 e 2010**

- Academia Brasileira de Imprensa
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ)

- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
- Associação do Semi Árido - ASA
- Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente
- Banco do Brasil, Penedo, AL
- Caixa Econômica Federal
- Canoa de Tolda, Brejo Grande, SE
- Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Centro de Recuperação em áreas degradadas do Alto São Francisco
- CIEAs - Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (diversos estados)
- Clube da Leitura Pirapora, MG
- Colegiado do Território Rural de Águas Emendadas (11 municípios)
- Coletivos Educadores
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP
- Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)
- Confederação Nacional da Agricultura
- Confederação Nacional da Indústria
- Confederação Nacional do Comércio / SENAC
- CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude / Presidência da República
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
- Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA
- CTEM/Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental/Ag 21
- Diretoria de Educação Ambiental – Instituto Brasília Ambiental ( IBRAM)
- Educativa FM (Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo)
- Empresa Brasileira de Comunicações - EBC
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- Escola Superior em Meio Ambiente – ESMA, Iguatama ,MG
- Faculdade de Educação/Universidade Federal do Ceará
- Favasf/Esma Iguatama, MG
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (FETASE)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (FETAEP)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAESC)
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal (FETADF)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo (FETAES)
- FIOCRUZ
- Força Sindical
- Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas
- Fórum Brasileiro de Organizações e Movimento Social - FBOMS
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde/MS
- Fundação Educacional Vale do São Francisco – FEVASF
- Fundo Nacional do Meio Ambiente
- Furnas Centrais Elétricas
- IBAMA, AL
- IBAMA, SE
- IBAMA, Sede,DF
- INGÁ – Instituto para Gestão de Águas e Clima (BA)
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA (DIQUA)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (DIUSP e Coordenações Regionais)
- Instituto de Estudos da Religião – ISER
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- Instituto Internacional de Cooperação em Agricultura - IICA
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- Instituto Paulo Freire
- Itaipu Binacional
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- Marinha do Brasil – Penedo, SE
- Ministério da Cultura
- Ministério da Educação / CGEA
- Ministério das Cidades / SNSA
- Ministério de Ciência e Tecnologia
- Ministério da Saúde
- Ministério da Integração Nacional
- Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Monumento Ecológico Filhos do Velho Chico – Opirá, Penedo, AL
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
- Movimento Verde de Paracatu, MG
- Olha o Chico, Piaçabuçu, AL
- ONG Viva Rio
- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO
- Organização dos Advogados do Brasil
- *Peace Child International*
- Pontos focais da CPLP (países: Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor Leste, Angola, Cabo verde e Portugal)
- Pontos focais do PLACEA (países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Jamaica)
- Prefeitura Municipal de Piaçabuçu, AL
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
- PUC Minas - Arcos
- Rádio A Voz do Sertão
- Rádio Cidade FM 98.9 (Fundação Nossa Senhora Aparecida)
- Rádio Delmiro AM
- Radio Delmiro FM
- Rádio Educadora FM 107,5 (Instituto de radiofusão educativa da Bahia)
- Rádio Favela 106,7 (Fundação Educativa Cultural Comunitária de BH)
- Rádio Iguatama FM
- Rádio Ilha FM
- Rádio Independente de Riachão 87,9 FM
- Rádio Itapuama FM (Fundação Jofeco)
- Rádio Nova Gospel (Fundação Omega de Comunicação e Ação Social)

- Rádio Nova Veredas FM 89,3 (Fundação Bom Despacho)
- Rádio Penedo FM , AL
- Rádio Terra Nova FM LTDA (Azul)
- Rádio Transativa FM (Fundação Nossa Senhora das Dores)
- Rádio Vale do Rio Grande
- ROTARY – Fundação Rotarianos de São Paulo / Departamento de Relações Internacionais e Institucionais
- Salas Verdes (390)
- Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA
- Secretaria de Desenvolvimento Territorial – MDA
- Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA
- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/MMA
- Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU (DRB, DRH)
- Secretarias Estaduais de Meio Ambiente
- Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental / Ministério das Cidades
- Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/MMA
- Secretaria Executiva/MMA
- Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – MMA
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
- Serviço Florestal Brasileiro-SFB
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- Sociedade Semear, Aracaju, SE
- União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
- Universidade de São Paulo
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Universidade Federal de Alagoas
- Universidade Nacional de Brasília
- World Council of Religious Leaders
- WWF

## **8.2. Participação em eventos**

### **2009:**

#### **VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.**

Rio de Janeiro; julho/2009.

#### **V Fórum Ibero Americano de Educação Ambiental.**

Argentina; 16 a 18/09.

#### **XII Encontro Paranaense de Educação Ambiental.**

Foz do Iguaçu; 15/10.

#### **II Seminário de Educação Ambiental Empresarial.**

UERJ. Rio de Janeiro;27/10.

**Seminário "Os 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental".**

Senado. Brasília; 17 e 18/04.

**III Conferência Nacional Infância Juvenil para o Meio Ambiente.**

MEC/CGEA. Brasília; 04/2009.

**Lançamento do Projeto Tela Verde - Abertura do Circuito Tela Verde e Lançamento do Edital de Curtas de Animação.**

Espaço Tom Jobim do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; 17/04.

**Oficinas e Lançamento do Programa Nas Ondas do São Francisco.**

DEA. Penedo/AL; 02 a 04/12.

**Oficina "Educação Ambiental no contexto das Mudanças Climáticas"**

DEA. Brasília/DF; 23 e 24/09.

**Seminário Nacional "Desafios e perspectivas: Educação Ambiental no setor empresarial e sindical".**

Salvador/BA; 06 a 08/05;

**Curso de formação dos Analistas Ambientais do ICMBio: socialização das ações de educação ambiental desenvolvidas pelo DEA/SAIC/MMA e articulação entre as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo ICMBio e pelo DEA.**

Flona Ipanema/SP; 10/09.

**Missão técnica em Guiné-Bissau, no âmbito do "Projeto de Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década do Desenvolvimento Sustentável".**

Contribuir para (i) a implementação de Salas Verdes/Centros de Educação Ambiental e (ii) para a construção dos Programas Nacionais de Educação Ambiental dos Países da CPLP; 5 a 10/10.

**Missão técnica de Formação em São Tomé e Príncipe, no âmbito do "Projeto de Educação Ambiental no Marco da Década do Desenvolvimento Sustentável"; 20 a 22/10.**

**Lançamento do conjunto de publicações destinadas a subsidiar o trabalho de educadores ambientais e responsáveis pelo desenvolvimento de projetos socioambientais em empreendimentos de saneamento.**

Promovido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, foi realizado durante a realização da 22ª Reunião do Conselho das Cidades; 15/10.

**Workshop "Adaptação às mudanças climáticas e os desafios da gestão ambiental integrada no Brasil".**

Promovido pelo WWF. Brasília; 03 e 04/08.

**Seminário "Bases para Construção de um Sistema de Avaliação Socioambiental das Unidades de Conservação da Amazônia".**

Promovido pelo ISA. Brasília; 07 e 08/10.

**Participação nas duas reuniões do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.**

Brasília; 26/05 e 18-19/11.

**Oficina de elaboração participativa do documento final da ENCEA, junto à Coordenação Regional 2 do ICMBio.**

Presidente Figueiredo, AM; 12/2009.

**III Seminário Sul-brasileiro de Conselhos Gestores de UCs.**

Ver resultados do projeto "Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul em [www.gestaoparticipativa.org.br](http://www.gestaoparticipativa.org.br). Curitiba, PR; 29/06-01/07.

**I Seminário de Educação Ambiental no âmbito dos Comitês de Bacias.**

Promovido pela SRHU, MMA. Salvador, BA; 06/10.

**Oficina Estadual de socialização conceitual e metodológica para elaboração e qualificação do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e plano safra territorial.**

MDA/SDT. Goiânia, GO; 10-12/12.

**III Oficina Territorial de 2009 do Território da Cidadania de Águas Emendadas.**

SDT/MDA. Águas Emendadas, Planaltina, DF; 15-17/12.

**Oficina de Modelo Lógico do PP Cerrado.**

Promovida pelo Departamento de Prevenção e Controle do Desmatamento do MMA. Brasília; 4 e 5/11.

**Mini-curso: Agroecologia e Ecologia Política: Construindo bases sustentáveis para o desenvolvimento.**

Promovido pela Embrapa e Associação Brasileira de Agroecologia. Embrapa Cerrados, Brasília-DF; 18/11.

**I Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.**

DEA. Brasília, DF; 29-30/11

**Oficina de Coletivos Educadores selecionados pelo edital do FNMA.**

DEA, no VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Rio de Janeiro; 22 a 25/07.

**Consultas públicas do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS da região de integração do Xingú.**

Altamira/PA, Senador José Porfírio/PA e Uruará/PA; 14 a 26/02/2009.

**Abertura do Circuito Tela Verde e Lançamento do Edital de Curtas de Animação com temática "Aquecimento Global e Mudanças Climáticas".**

Espaço Tom Jobim, Jardim Botânico do Rio de Janeiro; 16 a 18/04/2009.

**Reunião estratégica com o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do município de São Paulo/SP, sobre o fomento de ações de EA.**

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo; 30/04/2009.

**Exibições do Circuito Tela Verde no litoral norte do estado de São Paulo.**

Prefeitura de Ubatuba/SP; Centro de Educação Ambiental e Museu Marinho Didático Itinerante de Bertioga/SP - Sala Verde Caruara; Associação Elementos da Natureza de Santos/SP - Sala Verde Ecoveleiro de Ilhabela/SP; 07-14/06/2009.

**VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latinoamericano de Agroecologia**

Centro Universitário Positivo, Curitiba/PR; 09 a 19/11/2009.

(Ficou evidente a posição dos atores envolvidos (movimentos sociais, gestores públicos, agricultores, pesquisadores, técnicos de extensão rural, consumidores, estudantes) no que se refere a agroecologia não somente como ciência, mas também como estratégia de mobilização da sociedade. Quanto a mobilização social, o discurso nos dois Congressos foi enfático ao atribuir a atual crise do campo à forma tradicional de cultivo desencadeada com a "Revolução Verde", que prioriza a perda de biodiversidade pelo monocultivo extensivo e uso de agrotóxicos.)

**II Reunião de Intercâmbio de Projetos de Cooperação Técnica do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura).**

Brasília, DF; 7 e 8/04/2009.

**I Simpósio Internacional de Cooperação Triangular.**

Itamaraty. Brasília, DF; 20 e 21/05/2009.

**II Fórum de Educação do Campo.**

CONTAG. Brasília, DF; 25/08.

**I Seminário Internacional do Programa Produtor de Água.**

Agência Nacional de Águas. Brasília, DF; 26/08.

**Seminário 'As negociações internacionais de mudança do clima e o Brasil'.**

Brasília, DF; 14/09.

**Seminário 'Entre a ação e as políticas - a educação para o desenvolvimento sustentável em comunidades'.**

UNESCO-JICA. Senado Federal, Brasília, DF; 21 e 22/09.

**Seminário sobre a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.**

SRHU. Betim/MG; 26-27/08.

(Identificou as ações que estão sendo realizadas na bacia para sua recuperação hidroambiental; avaliou o atual programa, traçando um paralelo com o Plano de Bacia e a realidade vivenciada na mesma; propôs um novo arranjo institucional para o Programa; estabeleceu prioridades temáticas e geográficas; propôs diretrizes, metas, atividades e critérios de avaliação e indicadores do Programa de Revitalização; forneceu subsídios para o processo de revisão do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco 2004-2013 nos componentes que se referem à Recuperação Hidroambiental.)

**Encontro Nacional dos Rotarianos.**

Gramado, RS; 03/09.

(Objetivo: fortalecer a parceria DEA/Fundação Rotariana.)

**Projeto ECOAR**

Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - ES; 15/12.

**Encontro com Lideranças Religiosas.**

ISER, World Council of Religious Leaders. Rio de Janeiro; 11/09.

**I Conferência Nacional de Saúde Ambiental.**

MMA, MS, MCidades. Brasília; 10-11/12.

**Reunião de Audiência Pública da Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude.**

Câmara dos Deputados. Brasília; 16/09.

**Em 2010:**

**Encontro de Educadores Ambientais do Estado do Ceará**

Fortaleza-CE; 09/02.

**Reunião Centro de Saberes**

Foz do Iguaçu-PR; 22/02.

**Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP**

Lisboa-PT; 03/02.

**2º Conferência Latino americana de Saneamento - LATINOSAN**

Uberlândia-MG; 15/03.

**Plano de Manejo do PETAR**

São Paulo – Parque PETAR; 15/04.

**Encontro Estadual de Coletivos Educadores do Estado de São Paulo.**

Botucatu-SP; 29/04.

**XVI reunião Plenária Ordinária e VIII reunião Plenária Extraordinária do CBHSF "Agência e Cobrança, autonomia para uma bacia revitalizada"**

Maceió-AL; 12/05.

**Semana de Extensão e Meio Ambiente**

Marechal Rondon – PR; 19/05.

**I Oficina piloto de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**

Unaí-MG; 30/05.

**Avaliação do Projeto Nas Ondas do São Francisco**

Pirapora-MG; 07/06.

**ASSEMAE**

Uberlândia-MG; 13/06.

**I Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental - COBESA**

Salvador-BA; 11/07.

**Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos**

Cuiabá-MT; 22/08.

**Reunião Telecentros Indígenas**

Palmas-TO; 15/09.

**II Oficina piloto de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**

Cavalcante-GO; 20/09.

**I Workshop Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo**

Campinas-SP; 20/09.

**Encontro de escolas filiadas à UNESCO**

Manaus-AM; out.

**Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental - CEPEASUL**

Camboriú-SC; nov.

**III Oficina piloto de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**  
Divinópolis-GO; 09/11.

**Lançamento do II Cine Ambiente e premiação da primeira edição**  
Rio de Janeiro; nov.

**Encontro de educadores ambientais do ICMBio para finalizar a ENCEA**  
Iperó-SP; nov.

**Encontro Nacional das CIEAs**  
Brasília; nov.

**ECO Cine Noronha**  
Recife-PE; nov.

**I Fórum de Educomunicação Socioambiental do DF**  
Brasília; dez.

### **Participações virtuais**

Objetivando atender a mais convites para participação em eventos relacionados a educação Ambiental (considerando a necessidade de utilizar de forma racional os recursos humanos e financeiros do DEA), o Diretor do DEA tem gravado falas de alguns minutos e enviado por e-mail para a coordenação de vários eventos, abordando o tema dos eventos e fazendo considerações que contribuam para seus trabalhos e os fortaleçam institucionalmente. Em alguns eventos, essa estratégia suscitou debates sobre o uso de tecnologias de comunicação para reduzir a pegada ecológica.